



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ESCOLA DO CAMPO:
RESGATANDO MEMÓRIAS E CONSTRUINDO CIDADANIA
ATRAVÉS DO CONFLITO DE ALAGAMAR/PB**

JOÃO PESSOA

2018

LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ESCOLA DO CAMPO:
RESGATANDO MEMÓRIAS E CONSTRUINDO CIDADANIA ATRAVÉS DO
CONFLITO DE ALAGAMAR/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Educação do Campo, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de especialista em Educação do Campo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista

JOÃO PESSOA

2018

S586m Silva, Luis Carlos Paulino da

Os movimentos sociais na escola do campo: resgatando memórias construindo cidadania através do conflito de Alagamar/PB / Luis Carlos Paulino da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2018.

95f. : il.

Orientadora: Maria do Socorro Xavier Batista

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Movimentos sociais. 2. Memória. 3. Cidadania. I. Título.

UFPB/CE/BS

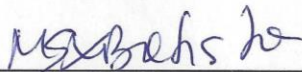
CDU: 376.7(043.2)

LUIS CARLOS PAULINO DA SILVA

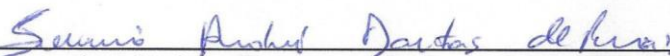
**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ESCOLA DO CAMPO:
RESGATANDO MEMÓRIAS E CONSTRUINDO CIDADANIA
ATRAVÉS DO CONFLITO DE ALAGAMAR/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de especialização
em Educação do Campo, da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de especialista em
Educação do Campo.

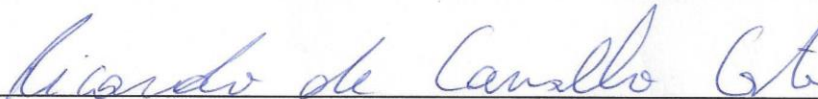
BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a Maria do Socorro Xavier Batista – DEC/CE/UFPB
(Orientadora)



Prof^a Dr^a Severina Andrea Dantas de Farias – DEC/CE/UFPB (Examinadora)



Prof^o Ms. Ricardo de Carvalho Costa – DEC/CE/UFPB
(Examinador)

João Pessoa, 08 de fevereiro de 2018.

DEDICATÓRIA

**É pelos frutos que se reconhece a árvore.
É preciso qualificar cada ação segundo o que ela produz:
Chamá-la má quando dela provém o mal,
Boa quando dela nasce o bem.
(Alan Kardec. 2004,p.33).**

- À Sra. RITA LUIS DA SILVA.

Minha Mãe. (in memoriam).

Artesão de Rendas de Bilros – Simplesmente uma\ Trabalhadora.

A toda Classe Trabalhadora deste País, especialmente aos CAMPONESES que através do MST enfrentam os poderosos em busca de uma vida digna no campo.

A esta classe que serve de exemplo pela sua força , bravura, coragem e determinação de enfrentar os poderosos em busca de um pedaço de chão para viver e trabalhar.

Com muito carinho e reconhecimento aos alunos e alunas que participaram da pesquisa, a atual Gestora Profa. Aldineide Bernardo, lembrando ainda as Professoras fundadoras da escola Profa. Glauciete Camelo, Profa. Maria Jose Vasconcelos (Vasco) e a Profa. Severina Oliveira e aos demais Gestores Professora Glauciete Camelo (Gestora e Professora fundadora) , aos Gestores : Prof. Leonardo Jordão Borges , Prof. Antonio Lucas Ferreira Neto e a Professora Cristina, razão de muita aprendizagem prática com este povo sofrido e aguerridos pela resistência do trabalho pedagógico no campo de outrora até os dias atuais, porém, experientes e comprometidos com a libertação.

AGRADECIMENTOS

Em tudo dai graças, Porque esta é a vontade de DEUS

Em CRISTO JESUS para convosco.

1 Tess. 5:18, p. 409.

Especialmente ao nosso grande mestre e irmão, Jesus Cristo.

Por mais esta realização em minha vida/

Vencendo desafios e construindo vitórias.

A minha Orientadora : Professora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista.

Aos Professores da banca: Dra. Severina Andrea Dantas de Farias e ao Prof. Ms.. Ricardo de Carvalho Costa, pelas contribuições e oportunidades no somatório de conhecimentos e saberes.

A Coordenação e a todo Corpo Docente do Curso.

Aos colegas e amigos(as) deste primeira turma de Especialização em Educação do Campo na UFPB, pela troca e pelo enriquecimento de novas experiências, especialmente as amigas de curso e de trabalho em nossa cidade : Goret e Marleide.

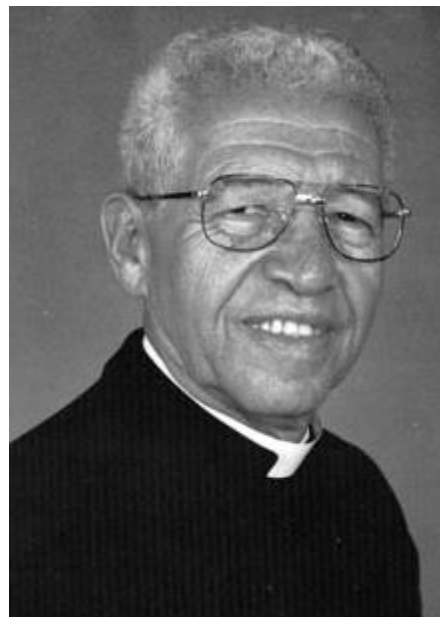
Obrigado Senhor !

A ti, todo o meu louvor

....

EPIGRAFE

Homenagem Especial a Dom José Maria Pires.



A causa dos pequenos há de vitoriar,
Porque é causa de pequenos,
Dos humildes e de DEUS.
E a ordem dada à polícia de dissolver.
Qualquer ajuntamento camponês.
É uma arbitrariedade
Porque eles tem necessidade de se reunir
Para defender suas posses e suas lavouras .

(Dom José Maria Pires – 03.01.1980).

RESUMO

Há mais de meio século que a Educação do Campo vem ganhando maior espaço nos debates acadêmicos, na parte teórica e na prática, principalmente, após os anos 1960, nas décadas de 1970 e 1980 por intermédio da realização dos diversos movimentos sociais que adentraram a realidade da sociedade brasileira. Este trabalho destina-se analisar alguns escritos que abordam a respeito do conflito dos Camponeses do Grande Alagamar como forma de resgatar memória deste movimento que se tornou conhecido a nível nacional por meio das características básicas do movimento pacífico e a contribuição na construção da cidadania dos jovens estudantes, familiares dos camponeses que participaram ativamente. Esta pesquisa praticamente surgiu a partir de uma prática do cargo docente e de uma vivência em Grupo de Jovens nas atividades religiosas, objetivando-se poder contribuir na perpetuação da memória dos episódios durante o conflito entre os camponeses moradores e foreiros das mais de 700 famílias que residiam nos 13 sítios dos 13.000 hectares que correspondiam ao território da Fazenda do Grande Alagamar, após a morte do latifundiário Sr. Arinaldo Maroja em 07 de novembro de 1975. O recorte histórico principal da pesquisa são os movimentos sociais deste conflito no assentamento, situado em maior parte no município de Salgado de São Félix-PB, movimento que teve apoio integral da CNBB, através do Arcebispo da Paraíba na época Dom José Maria Pires e outros religiosos. O Movimento social instaurado em Alagamar foi "símbolo da luta não violenta", consagrado assim por Dom Helder Câmara, apesar de intenso sofrimento através das incompreensíveis perseguições, inicialmente pelos Administradores, Sr. Arlindo Paulino e o do Dr. José Valdomiro Ribeiro Coutinho, em seguida pelos novos proprietários das fazendas. Motivos que nos instiga a vasculhar este passado, resgatando a memória e realizando uma prática educativa por uma pesquisa ação com a participação de vinte e três alunos da turma do nono ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual E.F.M. Arinaldo Maroja através dos escritos populares que registram os fatos em panfletos de cordel, textos do Hino e da Cantata de Alagamar, mediante o grande exemplo de luta ou lição de vida dos camponeses, percebendo-se uma mudança na visão conceitual dos alunos, mediante o conhecimento dos fatos, contribuindo assim na construção da cidadania dos jovens estudantes e também camponeses.

Palavras-chave:

Movimentos Sociais, Memória, Cidadania, Alagamar, Escola do Campo.

ABSTRACT

For more than half a century, field education has been gaining more space in academic debates, in the theoretical and practical part, especially after the 1960s, in the 1970s and 1980s through the realization of the various social movements that have penetrated reality of Brazilian society. This paper aims to analyze some writings that deal with the conflict of the Peasants of the Great Alagamar as a way to rescue the memory of this movement that became known at national level through the basic characteristics of the Pacific movement and the contribution in the construction of the citizenship of the young students, relatives of the peasants who participated actively. This research practically arose from a practice of the teaching position and an experience in Youth Group in the religious activities, aiming to contribute to the perpetuation of the memory of the episodes during the conflict between the peasants living and the owners of the more than 700 families who resided in the 13 sites of the 13,000 hectares that corresponded to the territory of Fazenda do Grande Alagamar after the death of the landlord Mr. Arinaldo Maroja on November 7, 1975. The main historical cut of the research are the social movements of this conflict in the settlement, located in mostly in the municipality of Salgado de São Félix-PB, a movement that had full support from the CNBB, through the Archbishop of Paraíba at the time Dom José Maria Pires and other religious. The Social Movement established in Alagamar was "a symbol of nonviolent struggle", consecrated by Dom Helder Câmara, despite intense suffering through incomprehensible persecution, initially by the Directors, Mr. Arlindo Paulino and Dr. José Valdomiro Ribeiro Coutinho, in followed by the new owners of the farms. Activities that instigate us to search this past, rescuing the memory and carrying out an educational practice by an action research with the participation of twenty-three students of the ninth grade class of the Elementary School of the EFM State School Arinaldo Maroja through the popular writings that record the facts in cordel pamphlets, texts of the Hymn and the Cantata of Alagamar, through the great example of struggle or life lesson of the peasants, perceiving a change in the conceptual vision of the students, through the knowledge of the facts, thus contributing to the construction of the citizenship of young students and also peasants.

Key words:

Social Movements, Memory, Citizenship, Alagamar, School of the Field.

LISTA DE ABREVIATURAS

MST – Movimento dos Sem Terra.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CEB - Comunidade Eclesiástica de Base

CF – Constituição Federal.

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

DCNEB – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

EEEFMAM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

FETAG – Federação dos Trabalhadores em Agricultura.

CNBB - Conselho Nacional dos Bispos do Brasil.

PROALCOOL – Programa Nacional do álcool.

PRONAF - Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

PB - Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura n 01 – Camponeses em momento de luta ao lado dos Bispos:

Dom Helder , Dom José Maria Pires e outros.....26

Figura n 02 – Prédio da Escola Estadual de E.F.M. Arnaldo Maroja.....41

Figura n 03 – Capa do CD – Cantata pra Alagamar.....48

Figura n 04 - Dom José Maria Pires em reunião com os Camponeses de Alagamar.....52.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	14
2	Conhecendo Alagamar, o Espírito de Luta dos Camponeses e o Exemplo dos Conflitos Sociais no Agreste Paraibano.....	23
2.1	Os Movimentos Sociais e a Educação na Escola do Campo: Aspectos Históricos, Políticos e Educacionais.....	27
3.	Trabalhando Memória do Conflito de Alagamar: símbolo da Luta Não Violenta e a Resistência no Campo.....	36
3.1	- Os Movimentos Sociais do Povo de Alagamar abordado na Escola do Campo: Cantando e Construindo História.....	39
4.	Os Movimentos Sociais e o preparo dos Educandos para o Exercício da Cidadania.....	53
5.	Considerações Finais.....	55
6	Referências	60
7.	Anexos.	
7-1	– Recortes de Jornais sobre o conflito.....	63
7.2.	Bandeira do MST.....	83
7.3	– Foto e Mensagem de Dom José Maria Pires.....	84
7.4	–Foto de Ivanildo Francisco da Silva – Camponês lutador assassinado no assentamento de Mogeiro –PB em 06.04.2016 – Homenagem da CPT.....	85

7.5 – Resolução CNE/CEB – 1 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.....86

7.5. Panfleto de Cordel – A luta de Alagamar contada em cordel pelo poeta camponês Expedito Francisco Gonçalves.....89

1 - INTRODUÇÃO

Em se tratando da Educação como dever da família e do Estado e precisamente sobre a modalidade da Educação do Campo, considerando-se a finalidade do pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da Cidadania, com vista ao funcionamento ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade, não podemos deixar de associá-la aos Movimentos Sociais, pelo fato de sua abrangência enquanto processo formativo, poder ser desenvolvido na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nas organizações da sociedade civil, inclusive, nos próprios movimentos sociais, daí, se igualando os movimentos como uma das fontes do processo de ensino e aprendizagem.

Percebe-se que, esta temática tem tido, nas últimas décadas, um ganho bastante positivo de espaço representativo nos debates dos trabalhos e pesquisas acadêmicas, destacando-se assim, a Educação Básica ser um direito assegurado pela Constituição Federal e outras legislações específicas, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras legislações brasileiras colocando a formação escolar como um alicerce fundamental e indispensável para o preparo e exercício da cidadania e o meio para que os indivíduos do campo e da cidade possam ter acesso ao conhecimento dos direitos sociais, econômicos, civis e políticos em sua plenitude, espreitando as condições de liberdade e valorizando as possíveis e eventuais diferenças humanas.

Ressaltando-se que a educação não ocorre somente na Escola, não é exclusivamente este, o único espaço para o desenvolvimento da prática da aprendizagem humana, evidenciando-se os movimentos sociais, nos quais são produzidas e/ou construídas práticas nas quais se pode aprender saberes diversos através do conhecimento empírico ou científico vivenciados pelas ações coletivas com força de despertar algumas realizações e atitudes condizentes a construções de novas perspectivas de vida.

Nesse sentido, extraímos a experiência de luta dos camponeses no assentamento do Grande Alagamar, localizado em grande parte no município de Salgado de São Félix, ocorrido a partir do ano de 1975 e seguintes, chegando até a década de 1980. Além do grande potencial educativo que passamos a trabalhar na Escola Estadual de Ensino Fundamental E Médio Arnaldo Maroja, através desta pesquisa, tivemos como foco principal o resgate da memória dos movimentos sociais deste conflito de terras e a

contribuição na construção da cidadania pelo exemplo dado pelos camponeses na sua luta em busca de seus direitos e pela posse da terra, por intermédio de uma decisão de luta coletiva que se desenvolveu pelos camponeses, através de uma prática educativa que ao longo dos anos foram sendo registrados através de escritos populares pelos próprios camponeses, com espaçamento maior quando se trata da transformação do Hino de Alagamar no texto da Cantata pra Alagamar que teve assim uma dimensão publicitária de conhecimento nacional e fez um registro sócio histórico cultural da situação na época, indo além do conflito local, associando-se a realidade regional de todo o Nordeste.

Embora exista um farto material sobre esse conflito, podemos assegurar que essa história não faz parte do currículo da escola e nem existe um material didático específico, daí, a importância de se trabalhar esse tema na escola, intencionando-se contribuir para que esta história permaneça viva na memória daqueles que nem eram nascidos à época do conflito, considerando que o fato ocorreu há mais de quarenta anos.

No Brasil, a Educação Básica nos dias atuais ou seja, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Ensino Médio, pauta-se em princípios constitucionais contemplados na Constituição Federal (BRASIL.CF, 1988), representando o fundamento do direito brasileiro e sendo a cidadania um dos fundamentos básicos. Portanto, a Educação escolar se desenvolve de acordo com os parâmetros pré-estabelecidos pelos sistemas incorporados no processo do ensino-aprendizagem e o conjunto das Diretrizes Operacionais, especificamente, podemos destacar sobre a Educação Básica nas Escolas do Campo sob a ótica do direito, implicando o respeito às diferenças e a política da igualdade, ressaltando-se ainda o tratamento da educação escolar em uma nova perspectiva da teoria inclusiva. Tendo sido provocado pelo artigo 28 da LDB, na medida em que ele provoca algumas determinações práticas de inteira adequação da escola à realidade da vida do campo.

De acordo com o Parecer 36/2001 sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo por interesse da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação-UF:DF, aprovado em 04/12/2001, A Educação do Campo, tratada como educação rural na atual LDBEN, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária das minas e da agricultura(...) O campo nesse sentido, mas do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidade que dinamizam a ligação dos seres humano com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Nesse sentido, o objeto de nossa pesquisa trata de resgatar a memória da luta dos camponeses do assentamento das Fazendas Reunidas do Grande Alagamar, assim como, da contribuição para o preparo dos educandos para o exercício pleno da cidadania com os alunos da série final do Ensino Fundamental, ou seja com a turma do nono ano. Uma vez que, estes alunos estão na fase para o seu desenvolvimento pleno e que muito pode ser oferecido e absorvido por eles, através dos conteúdos curriculares adotados pela escola e pela teoria que pode ser adotada, mediante a proposta política e pedagógica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Arnaldo Maroja situada no assentamento.

Ressaltando-se que na atual CF/1988, a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, como princípio fundamental, destacamos a questão da formação da cidadania dos alunos da Escola do Campo, que deve ser trabalhado levando em consideração a sua própria realidade.

Portanto, uma das causas práticas que nos despertou para realizar este trabalho, foi justamente a intenção de podermos aproveitar a história da luta contada através dos textos populares como forma de podermos resgatar a memória dos movimentos sociais vividos por seus familiares em território das Fazendas do Grande Alagamar, além de destacar alguns nomes de agricultores que podem ser considerados como líderes sociais na organização e realização da luta, como grande lição de vida, como exemplo viável para construção da cidadania dos jovens estudantes que na verdade só ouvem falar sobre esta história que caracteriza o povo e as comunidades de Alagamar.

E por eles se encontrarem nesta fase de formação e preparo para a vida adulta, nada melhor do que começar através do conhecimento destes fatos reais relacionados com a história de vida de seus familiares e assim sendo, fazer parte da sua própria história também, afinal, de uma forma direta ou indireta, todos fazem parte e estão ligados a esta grande história que deve ser lembrada, revivida e divulgada por motivo de reconhecimento e orgulho da organização e vitória por parte dos camponeses.

Uma luta que aos olhos de muitos religiosos da Igreja Católica, em particular, aos olhos do Arcebispo da Paraíba na época Dom José Maria Pires e muitos outros da CNBB, Assim como Dom Helder Câmara, Dom Manoel, Padre João Maria, Padre Cornelius Smith, José Diácono, Antonio Kemps e Frei Anastácio Ribeiro além das Irmãs Marlene

Urgeb, Tonny Van Han, Guia e Cesária e do Agente de Pastoral João Batista Sales, afinal o conflito de Alagamar representava uma luta pacífica e resguardavam direito líquido e certo dos camponeses, onde os próprios religiosos chegaram a ajudar a expulsar o gado dos proprietários de suas lavouras, conforme os recortes de jornais em arquivo na Arquidiocese da Paraíba. Pois, os agricultores ali residiam e trabalhavam, já há alguns anos na terra, ou seja, local onde produziam seus próprios sustentos e de suas famílias através da agricultura familiar.

A origem desse tema desta pesquisa se deu basicamente por dois motivos. Primeiro, pelo fato desta tão badalada história da classe dos trabalhadores ser do município onde nasci e vivo até os dias atuais, além de ter vivenciado esta história de perto, através da participação em Grupo de Jovens, coordenado na época pelas Irmãs Missionárias “Irmã Guia e Cesária” e com algumas amigas da vida escolar no antigo Curso Ginásial, atual Ensino Fundamental, no município de Salgado de São Félix.

Chegamos a participar de algumas reuniões na Fazenda Alagamar nos anos de 1976 e 1977, organizadas pelas irmãs missionárias e algumas famílias dos camponeses, contando com a presença e animação do grupo de jovens da cidade de Salgado Félix, onde começamos a aprender o refrão do Hino de Alagamar. “Alagamar meu coração, teu povo humilde, esperando uma solução.”.

Com o passar dos anos, já na carreira de professor da rede estadual, fui convidado para participar do corpo docente da Escola E.E.F.M. Arnaldo Maroja, na fase de implantação do Ensino Médio, em regime de complemento de carga horária. Foi uma fase da minha vida profissional que guardo boas e interessantes recordações, afinal, aprendi muito, vivenciando a realidade da escola do campo no próprio campo. Conhecendo assim os principais desafios e dificuldades do funcionamento da escola, do acesso dos profissionais, principalmente no período de chuvas, para a realização do processo de ensino e aprendizagem, do acompanhamento do processo educacional daqueles alunos e alunas.

Essa é uma das justificativas que consideradamente despertou o gosto pela educação do campo, além, de já ter tido experiência, anteriormente a esta fase, com alunos do Grande Alagamar nas Escolas Estadual e Municipal que funcionam na cidade e que sempre atenderam ao alunos, vindos do campo das mais variadas comunidades do Município, quer seja na Escola Municipal de hoje, antigo “Ginásio Comercial de Salgado de São Félix”, que desde a década de 1960/1970, começou a funcionar ofertando os anos finais (6 ao 9) do Ensino Fundamental, ou na Escola Estadual Ana Ribeiro, instituição que começou a funcionar o

Ensino Médio para todos os educandos do Município, atendendo assim a todos os alunos do Grande Alagamar.

Além de resgatar a memória do conflito, ainda tivemos a intenção de desenvolver uma reflexão sobre a questão da construção e preparo para o exercício da cidadania, tendo como exemplo para os jovens estudantes a luta enfrentada por seus familiares (pais, avós, tios e amigos vizinhos). Uma luta bastante desigual em termos da situação financeira, posição social, portanto, dentro da legalidade e igualdades sociais e do esforço coletivo em busca de seus direitos.

Na perspectiva dessa pesquisa, a concepção de Educação pode ser representada por aspectos estruturantes do ambiente escolar: a vida familiar, a convivência humana, o trabalho agrícola, os movimentos sociais, a organização da sociedade civil e as manifestações culturais do povo do campo, citados no artigo 1 da Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, Lei N. 9.394 de 20/12/1996.

Salientando que os movimentos sociais contribuem ativamente ao desenvolvimento do processo de esforços organizados ou da construção de espaços alternativos de organização coletiva com fins também educativos por parte dos sujeitos participantes em situações diversas de suas atividades no seu cotidiano, ou seja, quer seja dentro ou fora do espaço escolar, os sujeitos podem construir algumas experiências que possam possibilitar uma nova visão, ou uma construção de uma nova maneira de ver e interpretar o mundo, no qual está inserido o seu contexto de vida social, profissional, cultural e outros possíveis aspectos.

Assim, é importante destacar como o aprendizado dos direitos vem das lutas por essa base material. Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propaganda de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência (...). Lembra-nos quão determinantes, são no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivências. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana (ARROYO, 2003, p.32).

Considerando que os movimentos sociais foram a categoria central do nosso objeto de estudo vamos apresentar a definição histórico-social de Movimento Social. Segundo Tarrow (1983), o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem, e os movimentos também são completamente difíceis de definir conceitualmente e podemos fazer várias abordagens que se tornam também difíceis de serem comparadas, no entanto, Tarrow diz que um movimento social é um fenômeno de opinião de massa lesada, mobilizada em contato com as autoridades. Considerando este conceito, relacionamos ao que afirma Batista (2004, p. 20) em relação aos movimentos sociais:

Os movimentos sociais do campo contemporâneo são herdeiros de resistência e de luta dos povos oprimidos, que resistiram e se rebelaram contra a ocupação, a apropriação, exploração de terras no Brasil. Os originários índios, os africanos e seus descendentes escravizados, os colonos, os trabalhadores do campo, que ao longo da formação social brasileira vem se confrontando e reagindo às forças opressoras daqueles que ao longo da ocupação e exploração da terra vêm impondo múltiplas formas de opressão que marcam as relações sociais na formação social brasileira (BATISTA, 2004, p. 20).

De acordo com a citação mencionada podemos exemplificar como movimento social o conflito dos camponeses de Grande Alagamar/PB, que deu origem ao grande movimento social, considerado pacífico, pelo fato de não ter havido derrame de sangue, acreditamos, pelo controle emocional dos episódios pelos religiosos, principalmente, nos momentos difíceis que passaram os camponeses, quando tiveram por várias vezes suas lavouras invadidas pelo gado dos proprietários.

Sabendo-se que na época, muitos foram os problemas enfrentados, inicialmente pelo administrador das Fazendas, o Sr. Arlindo Paulino da Silva, nos primeiros meses após a morte do latifundiário, depois, pelos novos proprietários e ainda pelos policiais que resguardavam as terras e o conflito dos camponeses. Salientando, que próximo as suas residências, se encontravam em situação de plantio da cana de açúcar, deixando os agricultores sem espaço para continuarem o trabalho agrícola e da criação, que há muitos anos, praticavam naquelas fazendas do Grande Alagamar.

De acordo com a natureza do problema do conflito de terra e dos movimentos sociais no Grande Alagamar, foi efetivada mediante uma pesquisa-ação, e se efetivou através da combinação de várias metodologias como forma de poder atingir os objetivos propostos e planejados, com trabalho de campo na escola com os alunos do Ensino Fundamental e com os segmentos da Escola.

A escolha pela Pesquisa-Ação se deu como uma exigência da metodologia do curso de Especialização em Educação do Campo que adota a Pedagogia da Alternância que supõe o desenvolvimento de aulas na universidade e de atividades práticas na comunidade.

A pesquisa-ação no âmbito da escolar representa uma estratégia para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem de professores e pesquisadores, por meio da utilização

de suas pesquisas para aperfeiçoar-se a partir do aprendizado de seus alunos, mas mesmo contexto socioculturais.

A pesquisa qualitativa é conceituada por Oliveira (2008) como um processo de reflexão e análise da realidade, por meio da utilização de métodos e técnicas que permitem uma compreensão pormenorizada do objeto pesquisado em seu contexto. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Acredito ser bastante viável realizarmos a observação participante na escola, diretamente com aplicação de algumas atividades práticas com os alunos em sala de aula, como forma de buscar realizar um debate reflexivo que possa render a obtenção de novos conhecimentos e saberes, tendo como base os escritos e até mesmo o próprio diálogo familiar sobre os fatos ocorridos no passado de interesse de todos, tendo como resultado a situação atual do assentamento.

Para que a pesquisa fosse desenvolvida trabalhamos com uma combinação de técnicas, de acordo com as necessidades do caminho que o projeto de pesquisa fez tomar, considerando-se a realidade da construção da memória por parte dos educandos, então filhos e netos dos camponeses que participaram dos movimentos nas décadas de 1970/1980.

Usamos, como recurso didático nas atividades escolares, com os alunos da Educação Básica, ou seja com a turma do nono ano do Ensino Fundamental, os registros dos movimentos Sociais, tais como: os recortes de jornais, o folheto de cordel do Sr. Expedito Gonçalves, o texto do Hino de Alagamar de autoria do Sr. Severino Izidro, que deu origem ao texto da Cantata pra Alagamar de autoria de W.J. Solha. O Hino de Alagamar que era cantado nos momentos das reuniões e até quando estiveram acampados na Praça da Independência, centro da capital em frente ao Palácio do Governo e tinha o seguinte refrão:

Alagamar, meu coração/ teu povo humilde, espera uma solução./ Nossa vitória, fica na história,/ A tua glória é a nossa união. Teu povo forte sem violência e sem guerra/ Numa luta pela terra e pela boa produção. Da agricultura que o nosso povo consome/ E quem consagra este teu nome não se curva a invasão. (Hino de Alagamar- Severino Izidro – 1970-80).

Dispomos ainda do folheto do Sr. Expedito Gonçalves, intitulado *de A luta de Alagamar*, contada através do cordel pelo poeta camponês Sr. Expedito Francisco Gonçalves, que se tornou com o passar dos anos, vereador e até Vice-Prefeito na Gestão com o Prefeito Sr. Luiz Apolinário dos Anjos, conforme exemplo dos primeiros versos:

Há trinta anos passados/ Alagamar se juntou / E a luta começo/ Depois que morreu Arnaldo. Veio Fazendeiro malvado / quis nos pisar de pé/ Com a mão de Dom José / Tivemos um bom resultado. E esse foi apelidado com nome de Dom Pelé./ Nos outros tivemos fé/ Daí começou a guerra/ Pra defender nossa terra /Homem, menino e mulher. (EXPEDITO.1976).

Usamos ainda o texto da Cantata pra Alagamar que foi gravado por W.J. Solha, e retratam sobre a História de Alagamar, material que pode contribuir à valorização dos movimentos, para que os jovens vivenciem um aspecto para o preparo do exercício da cidadania. Deixando claro que, o uso e emprego destes textos é uma forma que dispomos para conduzir a prática educativa escolar com algo relacionado com a realidade dos estudantes da escola do campo, revivendo a história que no passado fora vivido pelos camponeses, seus familiares, para que hoje, todos estivessem de posse do seu pedaço de chão, de forma livre e não mais dependente de outrem em relação as terras onde os mesmo nasceram, trabalham, estudam e vivem até os dias atuais.

Desta forma, concluímos essa introdução apresentando a estrutura deste trabalho o qual está estruturado em quatro capítulos, além das considerações finais.

O primeiro é a Introdução, o segundo faz uma exposição a respeito de Alagamar, por se tratar do território onde aconteceu todo o conflito e por ser este território da Grande Fazenda o motivo principal da existência deste conflito que geraram os movimentos sociais que conjugam os campos teóricos da memória social dos camponeses.

No segundo capítulo fizemos uma reflexão sobre a relação existente entre Educação e os Movimentos Sociais, explorando a comprovação pela autonomia jurídica existente através dos enunciados legislativos da Constituição Federal e da atual LDBEN/96. Na continuação, ou seja, na terceira seção, tratamos diretamente sobre a questão da memória trabalhada com os alunos da Escola do próprio assentamento, abordando os movimentos sociais nas atividades escolares durante o desenvolvimento da pesquisa através dos escritos pelos próprios camponeses, assim como: o panfleto do Camponês Sr. Expedito Gonçalves, O Hino de Alagamar de Autoria do Sr. Severino Izidro e contando com o estudo interpretativo da

Cantata pra Alagamar através da sequência didática desenvolvida, encerrando com a análise reflexiva dos movimentos sociais na construção da cidadania.

No quarto capítulo foi tratado a respeito da inclusão dos movimentos sociais no currículo escola, para auxiliar no preparo dos educandos para o exercício da cidadania através das atividades realizadas pelo professor pesquisador e como exemplo também para uma possível inclusão destes conteúdos na proposta pedagógica da Escola do Campo.

Na parte final deste trabalho monográfico, fizemos a exposição das considerações finais como forma de reposicionar à análise dos dados coletados e não a conclusão da pesquisa sobre esta temática, pois na verdade, ainda temos muito o que coletar com os camponeses e aprofundar estudos interpretativos de todos os fatos que constituíram nesta tão sublime história dos camponeses no conflito de Alagamar.

2. CONHECENDO ALAGAMAR, O ESPIRITO DE LUTA DOS CAMPONESSES E O EXEMPLO DE CONFLITO SOCIAIS NO AGRESTE PARAIBANO.

O estatuto da terra/ manda o INCRA definir/
Onde a Reforma Agrária/ terá mais urgência de agir/
E Alagamar vem agora, ai-ai, ui,ui
O seu Direito exigir.
(Cantata, p. 04)

O assentamento do "Grande Alagamar" em termos geográficos, encontra-se situado no Município de Salgado de São Félix, na região agreste do estado da Paraíba (PB), trata-se de uma região historicamente camponesa, com elevada extensão de território agrícola e número de famílias envolvidas.

Na Paraíba, a região do "Grande Alagamar", com seus aproximadamente 13.000 km² foi cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como um latifúndio por exploração, cujo proprietário era o Sr. Arnaldo Maroja, falecido em 7 nov 1975 e não deixando herdeiro direto, a grande fazenda ficou para ser vendida e o dinheiro a ser dividido entre 42 herdeiros, conforme testamento e recortes de Jornal em INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO, 1980,P.2.

A Fazenda do Grande Alagamar antes de ser repassada aos novos proprietários, ficou sob a responsabilidade dos Administradores Sr. Arlindo Paulino da Silva, genro do Fazendeiro Ernany Maroja, Irmão do Sr. Arnaldo Maroja e do outro administrador, o Dr. José Valdomiro Ribeiro Coutinho que venderam as terras sem levar ao conhecimento dos moradores arrendatários. Começando aí a luta do povo Alagamar mediante as mudanças ocorridas, assim como: despejo de alguns moradores, plantio de cana de açúcar em grande parte do terreno e da proibição de expedir recibos de pagamentos do foro aos trabalhadores por parte dos administradores.

Posteriormente, as terras foram disponibilizadas à venda, e comprada por outros proprietários, agrupadas sob a denominação de Fazendas Reunidas do Grande Alagamar, através dos seguintes Sítios: Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Caipora, Serra de São José, Sapucaia, Cavalo Morto, Forna dos Caboclos,

Teju, Piacas, Maria de Melo, Riacho dos Currais, Campos e Caipora entre outras, de acordo com Moreira (1997, Vol.2, p.794).

Nesta área residiam 700 famílias de agricultores com uma população de aproximadamente 4.000 pessoas, sob o regime de arrendatários, tendo na época como lavoura de grande expressão econômica, o algodão herbáceo, além de uma e pequena atividade pecuária de bois, vacas, porcos e aves para o consumo e comercialização em caráter complementar .

Porém, com a chegada dos novos proprietários , todas estas atividades, foram praticamente interrompidas, intensificando a tensão instaurada nas diversas comunidades, partindo então os camponeses, através do Sindicato dos Trabalhadores Rural as primeiras providências cabíveis em busca de resolução dos problemas, destacando-se os nomes de alguns agricultores, como : Sr. José Justino Neto (atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, Sr, Manoel Justino Neto, Sr. Severino Izidro Faustino, Sr. Sebastião Cavalcante de Araújo, Sra. Maria Francisca da Conceição, Sr. Expedito Francisco Gonçalves, Sr. Cicero Tributino, Sr. Pedro Elias e outros, portanto,

Afinal, esta história não pode morrer, não pode cair no esquecimento. Temos que através de uma prática cidadã, procurar incutir, respeito, dignidade, politização crítica para com a realidade do povo do campo. Os Movimentos Sociais que lutam por causas do campo, visam tornar o campo um local digno de se viver, amenizando os impactos da migração dos jovens para as cidades, cuja formação do sujeito que vive no campo passa por transformações sociais constantemente. Assim, buscamos perdurar a cultura dos camponeses, desmistificando preconceitos por parte de alguns jovens, auxiliando na conscientização e no exercício da cidadania através dos possíveis ensinamentos, por intermédio dos movimentos sociais no contexto sociocultural e histórico da realidade do campo (GOHN, 2012, p. 141).

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da colônia e da escravidão a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar se constitui em um sonho da maioria da população pobre do campo.

No século XIX e primeira metade do século XX, ocorreram vários movimentos messiânicos, liderados por religiosos fanáticos ou carismáticos que buscavam construir outro mundo para seus seguidores, sem injustiças e com igualdade social.

Para que possamos chegar a falar sobre o atual Alagamar, em pleno século XXI, local onde funciona atualmente uma Escola que oferece Ensino Fundamental e Médio, se faz

necessário, primeiramente, conhecer um pouco a respeito da sua trajetória histórica,¹ desde a época do latifúndio do Sr. Arnaldo Maroja, passando pelos movimentos sociais que lá se desenvolveram até que se consolide e se legitime a posse da terra, acontecimento datado parcialmente em 07 de novembro de 1978, quando o Presidente Ernesto Geisel assinou o Decreto de nº 82.614, que desapropriava apenas 2.000 dos 13.000 hectares de terra de Alagamar.

Dizemos parcialmente, pois, pouco tempo depois, verificou-se que o decreto desapropriatório estava incompleto, portanto, intensificaram-se os protestos e as manifestações populares, as denúncias dos Deputados na Assembleia Legislativa, na Câmara e no Senado Federal.

Assim, apenas em 13 de novembro de 1979, foi que o então Presidente João Baptista de Figueiredo assinou o Decreto n. 84.205, que alterava o parágrafo único do Artigo 1 do Decreto nº 82.614, sendo possível desapropriar, primeiramente, a área de Piacas, originalmente conhecida como Sítio Piacas, situada na divisa de Paraíba e Pernambuco, depois o mesmo foi acontecendo com todas as outras áreas.

Portanto, dando continuidade as discussões a respeito do tema em foco e sobre os estudos teóricos da legislação e literaturas, que através dos resultados das atividades aplicadas com os alunos da escola do campo, reconstruindo conceitos; refletindo os dispositivos da legislação vigente que se encontra no papel, mas, acreditamos que um dia, tudo isso ainda se faça parte da realidade do povo do campo; sua relação com a prática educativa e as possibilidades de novas descobertas e novos resultados em relação à dimensão educativa dos Movimentos Sociais; a construção da cidadania com os alunos da escola do campo.

Partindo do uso de recursos didáticos que tratam sobre sua realidade de vida no campo e das possibilidades de inovação e transformação para uma vida digna e livre que vai do conflito à vitória dos camponeses, assim como tivemos a oportunidade de ver em território salgadense, pela primeira vez a presença do Exmo. Presidente da República, anteriormente representado através da imagem, fruto dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores. Assim sendo,

Os movimentos sociais se configuram como agentes impulsionadores de mudanças sociais e políticos no campo da reorganização hegemônica da sociedade civil [...] as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais buscam, portanto, fortalecer uma nova cultura política, tendo

¹ Para recuperarmos esta memória histórica, vamos recorrer a diversas fontes da FETAG-PB; INCRA-PB; *Jornal Correio da Paraíba*, *Jornal O Norte*, *Folha de São Paulo*, Assembleia Legislativa da Paraíba, Diário do Poder Legislativo e o livro de Emília Moreira *Por um Pedaco de Chão* (1997).

destaque nesse processo a Educação Popular com sua contribuição nos mais variados espaços e organizações coletivas, que ao longo de sua trajetória histórica esteve sempre envolvida com as classes populares (BATISTA, 2008, pp. 8; 11).

Assim ocorre com a história dos Movimentos Sociais no conflito do Grande Alagamar e pela participação dos líderes da Igreja da região Nordeste.

A luta do Grande Alagamar teve a participação dos camponeses que participaram dos Movimentos Sociais nas décadas de 1970/1980 e essa história foi registrada através de textos, cordel, entrevistas e uma coletânea de recortes de jornais da época que publicaram alguns dos mais importantes acontecimentos.

O caso de Alagamar foi um conflito de terra que provocou uma intervenção da Igreja a nível internacional, pela forma intensa que alguns bispos da região Nordeste se envolveram com os problemas vivenciados pelos camponeses. Na ocasião, ocorreu um Encontro de bispos do Nordeste, no qual os bispos assumiram a seguinte posição: os bispos fazem documento em apoio a Alagamar e ao final D. José se dirige à área do conflito, acompanhado por D. Helder Câmara (Recife), D. Francisco de Ataíde (Afogados da Ingazeira-PE), D. Manoel Pereira (Campina Grande-PB), anunciando “um movimento simbólico da não violência”, o fato tomou repercussão nacional na imprensa escrita e falada (SILVA, 2011, p. 93)

FIGURA 02: Camponeses do Grande Alagamar com o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires e com Dom Helder Cavalcante em momento de luta.



Fonte: Jornal União, em 6 jan 1980.

Através da leitura imagética desta foto, comprova-se a participação dos Bispos Dom Jose e Dom Helder juntos com os camponeses na luta em defesa dos camponeses, defendendo pessoalmente em ação de forma ativa, afinal, foi um processo muito difícil para os moradores da fazenda. Com a morte do latifundiário iniciou-se esta demanda ferindo os direitos dos trabalhadores.

Com a venda destas terras, os novos proprietários, chegaram mudando o sistema, reduzindo a área para cultivo, proibindo a pecuária, limitando espaço em volta das casas para o cultivo da cana-de-açúcar, gerando assim o início do conflito através da instalação dos movimentos sociais, sob a orientação de autoridades religiosas e apoio da Igreja, por meio do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), símbolo da luta não violenta, cuja representação personificou-se no Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires e outros religiosos, que ajudaram na organização e disciplinamento dos camponeses na condução de um movimento pacífico que teve como resultado a desapropriação e a posse das terras.

2.1- Os movimentos sociais e a educação na escola do campo: aspectos históricos, políticos e educacionais.

**Dom José quer, como ele /Fazer a nossa alma parruda/
Ensinar a nossa gente/ A não calar, ficar muda/
E sentir a emoção/ que existe na multidão/
Quando se junta e se ajuda. (Cantata – pag. 27).**

De acordo com o Professor Fernando Abath (2013, p. 59)), em sua obra Educação (Re) Construída, fazendo-se uma relação com os aspectos históricos, políticos e notadamente com o aspecto educacional no passado e no presente, comenta,

Indiscutivelmente o mundo é do jeito que agente ver e por isso existem várias maneiras de olhar e de ver. Podemos olhar e não vermos. Pois, o que é verdadeiramente importante, o que é essencial, muitas vezes não conseguimos perceber. As relações de intercâmbio entre os seres humanos são relações de vínculos, de símbolos, de saberes e de atualidades com profundas interfaces com a comunicação, com a educação, portanto, um grande caldeamento de processos sociológicos.

E nesse novo jeito de se ver a educação do campo hoje, mediante a inovação em nossa legislação, considerando-se as diretrizes operacionais e leis complementares, que nos faz abordar e ressaltar alguns conceitos e/ou dispositivos de leis e decretos , tendo-se em vista o

novo espaço que pode ser corrigido e alterado nas práticas escolares no quadro desta modalidade e realidade da Educação e no funcionamento da escola do campo.

Segundo a Resolução 1 de 03./04/2002 que institui Diretrizes para a Educação nas escolas do Campo em seu artigo 2 fica definido que as Diretrizes, com base na legislação educacional da Educação Nacional (LDBEN), se constitui um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às DCN para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e Médio, para EJA, para Educação Especial, Para Educação Indígena, para Educação profissional de Nível Técnico e para a Formação de Docentes.

Já no Parágrafo único deste artigo, dispõe sobre a Identidade da Escola do Campo, ficando definida pela vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa do projeto que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

No artigo 5 da Resolução 1 CNE/CEB de 03.04.2002, trata sobre as Propostas Pedagógicas das Escolas do Campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei nº 9.394 /96 (LDBEN), contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Ressaltando-se que o Artigo 28 da LDBEN, realmente faz uma abordagem óbvia sobre a realidade do funcionamento da Escola do Campo, quando afirma que; Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente :

I – Conteúdos Curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural ; II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas ; III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL.LDB.1996).

E de acordo com a interpretação de Moacir Alves Carneiro da obra LDB fácil (1998, p. 93), o autor ainda destaca que o Princípio Constitucional de universalização do atendimento escolar (Art. 206, Inc. I) pressupõe uma escola de organização plurimodal, capaz de diversificar seu modelo de acordo com a diversidade da clientela. Por outro lado, a LDB fala

, em diferentes artigos , em um ensino que leve em conta as diferenças individuais . A soma destes mandamentos induz à formulação de um conceito de educação básica voltada para população rural, desafio sem tamanho da educação brasileira.

As dificuldades encontradas para a objetivação deste dispositivo legal refletem o caráter elitista da escola básica brasileira, fator grandemente responsável pelo alargamento da dívida social dos governos em relação às populações pobres., não se trata de investir na “ pedagogia da pobreza “, senão de buscar apenas uma escola possível em que se levam em conta as peculiaridades e carências dos alunos e em que se adaptem as metodologias , os conteúdos e a organização do processo pedagógico , como diz ARROYO (1986, p.27).

Neste contexto histórico e político da Escola do Campo , em parte , já citado, não podemos deixar de mencionar ainda o dispositivo da Resolução 2 de 28.04.2008, m a qual estabelece as Diretrizes Complementares , normas e princípios para o desenvolvimento de Políticas Públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, por se tratar também de mais um documento fundamental no espaçamento de avanço que anteriormente abordamos , e que se comprova com a existência desta atual legislação, uma vez que esta pesquisa foi realizada através de atividades dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental e que no artigo 5 desta resolução , diz o seguinte :

Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não a Educação profissional , Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução , mas , deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitando seus valores e sua cultura. (Art. 5 – Res. 2/2008).

E uma das maiores culturas do povo do campo, não deixa de ser a luta por uma melhor educação para os filhos dos camponeses, para este povo que ao longo dos anos foram praticamente muito prejudicado, principalmente em si tratando de uma educação de qualidade. E sobre esta questão, até hoje, o povo do campo continuam sofrendo a falta de prioridade ou a falta de uma educação que seja respeitado o princípio de igualdade dos direitos e do principio explicitado no Artigo 3 da LDBEN , inciso IX, que trata sobre a “ garantia de padrão de qualidade “ .

Embora, na prática , haja algumas justificativas dadas por parte dos sistemas de ensino, que justifica, através da quantidade de alunos matriculados e cursando, cada ano do Ensino Fundamental, mais precisamente , nas série iniciais, são realizadas sob a organização das classes multisseriadas, dificultando e muito o processo do processo de ensino e aprendizagem, onde na maioria , um(a) professor(a) se desdobra nesta sala com as atividades e conteúdos diversos, desconstruindo em parte a qualidade do ensino da escola do campo.

Embora, possamos destacar e na verdade merece um maior esclarecimento sobre os princípios da Educação do Campo, que são abordados no Decreto n 7.352 de 04/11/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, com os seguintes dispositivos , em seu artigo 2, com os seguintes incisos :

São Princípios da Educação do Campo:

I – Respeitados à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Incentivo a formulação de Projetos Político-Pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável em articulação com o mundo do trabalho;

III – Desenvolvimento de Políticas de formação de profissionais da Educação para o entendimento da especificidade das Escolas do Campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV – Valorização da Identidade da Escola do Campo por meio de projetos pedagógicos com Conteúdos Curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do Campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V – Controle Social da qualidade da Educação escolar , mediante a efetiva participação da Comunidade e dos Movimentos Sociais do Campo. (PRONERA).

Destacamos a importância dos movimentos sociais como forma de lutar pelos direitos das populações excluídas dos direitos sociais fundamentais. Além disso, ressaltam-se os

processos educativos que são vivenciados nos processos de organização dos movimentos sociais.

Se os movimentos populares são uma extensão das práticas educativas desenvolvidas pelos programas de educação popular progressista, como podemos demarcar o processo educativo existente? [...] Há metas, objetivos, conteúdos a serem trabalhados, forma de atuação, etc. Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes. Por exemplo: 1 Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder. 2 Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras. 3 Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social. 4 Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratados ou que apoiam o movimento, 5 Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento (GOHN, 2012, p. 56).

Fazendo-se uma reflexão do que afirma Gohn (2012), percebe-se que no caso do conflito de Alagamar, todos estes tópicos foram realizados através da interação dos camponeses com os apoiadores principais do movimento, que foram todos os religiosos que compartilharam do conflito, passo a passo e orientando a todos os camponeses, o que na verdade não passou de uma lição de vida e com resultado de um grande aprendizado.

Comprovando assim os elos comunicantes entre os movimentos sociais e a prática educativa. Salientando que o alvo do Ensino fundamental, ou seja, da prática escolar é fazer o elo entre a prática cotidiana e buscar relacionar com a prática dos movimentos sociais populares onde são operadas as relações sociais, principalmente com os alunos da Escola do Campo.

Em relação à Educação Básica, principalmente no período do Ensino Fundamental em que se dar a formação plena do educando, podemos verificar na atual legislação brasileira, por meio da sua exposição no aspecto jurídico que determina o seguinte, para uma complementação do que se objetiva com esta pesquisa. Ora, a Constituição Federal de 1988 outorga que:

Artigo 1- A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de direito e tem como fundamento:

I - a soberania; II – a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Artigo 205 – Da Educação – A Educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,

visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Configura-se assim um posicionamento que garante a educação como direito estruturante da cidadania na Constituição de 1988.

A participação dos movimentos sociais nos processos educativos é reconhecida no Art. 1 da Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996, LDBEN, ao regulamentar que:

Artigo 1 – A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Artigo 2 - A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Diante destes dispositivos, o Art. 1 da LDBEN (1996) diz respeito à inclusão dos movimentos sociais nos processos formativos da Educação, representando um referencial à (re)construção da cidadania, através de uma prática educativa desenvolvida e incorporada ao currículo da instituição escolar e, por excelência, na Educação do Campo e no campo.

Na Educação do Campo, por sua vez, segundo estudioso da Educação Básica, percebe-se que “é impossível pensar na Educação do Campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos, à infância, à adolescência, à juventude, aos adultos que vivem e se constituem humanos” (ARROYO, 2006, 56). Como também, “pensar a Educação do Campo implica recuperar a centralidade dos educadores e dos educandos como sujeitos sociais e culturais”. (MOLINA, 1999, p. 11).

É nesta perspectiva que Arroyo (2006, p. 104), afirma que:

Parece-me que é urgente, pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas, escolares. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessas dívidas histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demandas pesquisas. Pesquisar uma dívida histórica.

Esta é uma grande verdade da realidade atual da escola do campo, que apesar de oferecer as modalidades da Educação Básica, Fundamental e o Médio pela Rede Estadual, no entanto, percebe-se claramente não haver certo crescimento na aprendizagem e na evolução por parte dos alunos, ou seja, no seu modo de ver, sentir, refletir e agir, para que, assim, possam se desenvolver ao ponto de adquirir o preparo básico para se tornarem cidadãos críticos e conscientes do exercício pleno da sua cidadania, por desconhecerem sua própria situação em relação ao regime político e às dívidas que os governantes têm com toda a população do campo.

É interessante que a comunidade escolar possa encontrar um espaço consolidado para favorecer o permanente debate sobre a realidade do campo, com vistas a contribuir para a desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação de hierarquia que persiste entre o campo e a cidade, de modo que se construa uma nova visão e um novo modelo de desenvolvimento, fortalecendo a identidade e a autonomia das populações envolvidas, conforme descrito no Caderno de Subsídio do Ministério da Educação (MEC, 2009):

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes. Na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 9).

Em relação ao que é oferecido, disponibilizado ou distribuído em alguns outros setores da sociedade brasileira, os mesmos recebem, um tratamento desigual por parte dos gestores, como se o pouco que está sendo oferecido significasse o máximo, pelo fato de ser destinado para o povo do campo, confirmando assim um total preconceito em relação a este povo, devido a sua condição de viver e sobreviver ou trabalhar distante da área urbana.

3. TRABALHANDO A MEMÓRIA DO CONFLITO DE ALAGAMAR NA ESCOLA DO CAMPO ARNALDO MAROJA

Alguém, porém, se lembrou/ no meio da chuvarada/
De um sermão de Dom José/ Sobre sua luta avançada/
Que era uma travessia/ E só o povo que se unia/
Que terminava a jornada. (Cantata. Pag. 21).

Grande parte dos trabalhos que abordam os movimentos sociais associados a memória de um povo, especificamente, o povo do campo, são construídos para entender a importância dos protagonistas, ou seja, a forma como se organizam para alcançar os objetivos como resultados finais dos conflitos, elevando-se assim os projetos de memória. Neste aspecto podemos citar como uma forma equivalente ao objetivo principal de manter vivos os movimentos sociais do passado, detentor de uma ideologia social em torno de um projeto social que se deu de forma inusitada para a classe dos trabalhadores, homens do campo com pouco conhecimento, considerados semianalfabetos, no entanto, conseguiram mover céus e terra para alcançarem os seus objetivos que pareciam impossíveis.

Segundo Roseli Salete Caldart (1999), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro.

O caso de Grande Alagamar/PB pode relacionar ao grande movimento social existente no Brasil, o MST. Movimento este de grande potencial social que teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Os movimentos dos anos 70/80 fizeram mais do que resistir ao regime militar e protagonizar processo de transição para um regime democrático.(...) Um

dos indicadores da novidade dos movimentos dos anos 70/80 que eles surgiram nos locais de moradia e nos locais de trabalho, organizados e mobilizados à revelia do estado e da tutela das instituições e dos correspondentes canais tradicionais de manifestação social e política, como os partidos e os sindicatos (SILVEIRA, 2000, p.89).

Para um maior esclarecimento sobre este movimento, podemos ainda acrescentar que nos 16 anos completados na entrada dos anos 2000, o MST contabiliza um número de aproximadamente 250 mil famílias assentadas e de 70 mil famílias acampadas em todo o Brasil. Quantidades pequenas diante da realidade das mais de 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, mas significativas, dado o formato histórico da questão agrária entre nós, e a dignidade humana construída mediante tais números.

O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas; hoje são 81 cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, 45 unidades agroindustriais e, o principal, a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil.

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos.

No caso da luta dos camponeses de Alagamar, segundo alguns recortes de Jornais da época, a situação entre os camponeses e os Policiais Militares não foi tão fácil, embora contando com as orientações e ensinamentos dos religiosos envolvidos na causa dos trabalhadores, tudo transcorreu sem maiores incidentes. De acordo com um recorte do jornal A UNIÃO, datado de 16 DE Janeiro de 3 1980, num lugar conhecido como a Comunidade de Maria de Melo, o agricultor Sr. Manoel Faustino de Araújo, teria sofrido traumatismo craniano durante um incidente com a polícia e os camponeses, chegando ao conhecimento do Governador na época Dr. Tarcisio de Miranda Burity através do relato do Sr. Joaquim Guilhermino. Tendo sido atraído pela presença dos carros oficiais, o sr. Joaquim aproximou-se do então Governador do Estado e assim fez o relato do acontecido na região, momento que as roças teriam sido invadidas pelo gado do novo proprietário.

E assim pedindo ajuda ao Governador aproveitou do momento e solicitou ajuda para uma professora que ensinava na comunidade e era paga pelos agricultores, embora a mesma não fosse diplomada. E ainda solicitou a presença dos policiais embora com muma ressalva que não fosse para bater nos agricultores e sim para garantir a ordem como no início dos movimentos.

No momento outro agricultor, o Sr. Expedito Francisco Gonçalves disse também ao governador quer a policia havia soltado uma bomba dentro de sua residência e em consequência disso, um de seus filhos, com apenas três meses de idade estava em estado de choque. Portanto, afirmam-se que através desta e outras falas de agricultores com o governador, ele prometeu dar uma solução ao problema de Alagamar, mandando ordem para a retirada do gado de dentro das lavouras dos agricultores, isto se deu sob a presença do Arcebispo Dom José Maria Pires e alguns advogados, fatos revelados pela Irmã Marlene, que teria sido presa junto ao agricultor Sr. Cicero Tributino, pelos policiais semana anterior a este episódio, alegando os policiais terem sido desrespeitadas suas ordens pelo próprio Tributino, embora com ou sem “autoridade” o mesmo por determinação expressa do governador foi solto da cadeia na cidade de Pilar/PB.

Portanto, são fatos assim que precisam que sejam revividos, refletidos e analisados pelos jovens agricultores estudantes da Escola do Campo, para que esta história não possa morrer e nem se deixar perdida no espaço. E como dizia Dom Helder que Alagamar foi símbolo da luta não violenta. Não chegou haver morte, embora muitos sofrimentos por parte dos camponeses em resistirem às ordens dos novos proprietários e enfrentar os desafios com os policiais e até chegar a mais alta autoridade do estado, no caso o Governador em visita a comunidade do assentamento mediante a expansão do movimento ter chegado na época através dos depoimentos nos jornais escritos de grande circulação no estado (A União e os Correios).

Salientando a grande contribuição da Igreja, principalmente na pessoa do Arcebispo Dom José Maria Piores que face aos acontecimentos do povo de Alagamar usou a imprensa para declarar o apoio e reivindicar das autoridades todas as providencias cabíveis ao respectivo caso incluindo e destacando a posição da Igreja da Paraíba, conforme nota publicada no dia 08 de janeiro de 1980 no jornal CORREIO DA PARAIBA.

Posição da igreja da paraíba face à situação em alagamar:

“ Não aceitamos a Passividade”. Dom José Maria Pires.

1. Não queremos nem admitimos a violência. Para nós, conforme a declaração do Santo Padre Paulo VI, “ a violência não é cristã nem evangélica” (Nunca matar ! “ “ Jamais ferir ! “

2. Não aceitamos a passividade, o medo, a acomodação, o isolamento dos pobres e oprimidos. (estar sempre atento ! Sempre se unir “).

3. Respeitamos a objeção de consciência e, por isso, aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta , quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz. (“ desobediência às ordens de sua excelência quando vêm nos destruir”).

4. Face aos problemas surgidos em Alagamar a partir de 1976 quando a propriedade começou a ser vendida, temos a declarar :

3.1 - A tensão não foi criada nem alimentada pelos agentes pastorais, qualquer que seja a sua nacionalidade. Eles já atuavam na área, antes de 1976. A tensão começou e se desenvolveu quando, os novos proprietários chegaram e passaram a inquietar os agricultores com exigências e pressões.

3.2 A Igreja vem procurando criar condições para que os camponeses se reúnam , discutam seus problemas e tomem decisões dentro do que lhes faculta a legislação vigente, especialmente o Estatuto da Terra.

3.3 - Até o momento, não se registrou uma só agressão dos agricultores contra os proprietários, contra seus prepostos ou contra a polícia. Ao invés, agricultores têm sido vítimas de frequentes agressões.

4. Na presente conjuntura , temos solicitado às Autoridades apenas duas coisas :

- que não impeçam , com força policial , os agricultores de se reunirem pacificamente e de tangerem o gado que devora suas lavouras.

-que não ciem obstáculos à ação da Igreja que tem o dever de estar presente junto aos que sofrem e procura fazê-lo através de seus agentes pastorais.

6 – Como até hoje não se conseguiu nem uma coisa nem outra apesar dos insistentes apelos feitos pessoalmente ao Exmo Governador , sinto-me no dever de estar pessoalmente junto aos humildes trabalhadores que sofre. O fato de me deslocar para Alagamar , não significa provocação nem intromissão indébita em assuntos que não sejam da competência da Igreja. Reafirmando meu respeito a todas as autoridades constituídas, quero ser apenas o humilde pastor que se coloca à frente de suas ovelhas , quando elas estão sendo maltratadas e correm o risco de serem massacradas ou de caírem na tentação de responderem com violência, situações estas que devem ser evitadas a todo custo.

João Pessoa, 07 de janeiro de 1980. José Maria Pires. Arcebispo da Paraíba.
Fonte: INFORMATIVO ARQUIDIOCESANO - 1980.

E a desapropriação aconteceu, depois de muita luta e sofrimento. O Presidente Ernesto Geisel marcara visita à Paraíba. Os agricultores de Alagamar, cientes da visita, se reuniram, pacificamente, em frente ao Palácio da Redenção, sede do Governo. Traziam faixas pedindo a desapropriação.

A Polícia não permitiu que eles continuassem exibindo as faixas e as recolheu todas. Eles responderam: “Tomam nossas faixas, mas não podem tomar nossas vozes”. E continuaram cantando seus hinos durante os intervalos da recepção ao Presidente da República, o que lhe chamou a atenção e ele quis saber o motivo daquela presença estranha. Informado corretamente da situação, ele não fez comentários. Mas, na semana seguinte, saiu o decreto de desapropriação de 2.000 hectares em Alagamar. Não era tudo o que pleiteavam os agricultores, mas já era um bom começo que foi festejado pelo povo de Alagamar com Missa, foguetório, comida e muita alegria.

No início, foram apenas 2.000 hectares desapropriados. Posteriormente, o restante do imóvel foi também declarado de utilidade pública para fins de desapropriação e passou a integrar a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Alagamar.

Hoje não se reconhece mais a antiga propriedade que foi totalmente utilizada e permite às antigas famílias ali residentes um nível de vida considerado bom e uma convivência humana de verdadeira solidariedade.

Estávamos certos de que a desapropriação de Alagamar seria um exemplo bem concreto de que o Brasil tinha condições de acabar com a fome e a penúria do homem do campo. Isso exigiria uma nova orientação da política agrária do Governo dando prioridade à produção de alimentos mais do que à exportação. Como essa nova orientação contrariava os interesses dos poderosos, ela só aconteceria na medida em que o povo se mobilizasse para fazer sentir seu sofrimento e seus direitos. Foi assim com o Povo de Deus no Egito. Foi sempre assim na história.

Na época de Alagamar, a Igreja procurava apoiar o povo para que ele se organizasse e assumisse a responsabilidade dos passos de sua caminhada, buscando a transformação das estruturas de opressão e a modificação das leis que impediam a melhoria substancial de suas condições de vida.

A luta dos agricultores de Alagamar deveria servir de exemplo a outros grupos que se sentissem oprimidos pela fome ou pelo subdesenvolvimento. Indígenas, favelados, afrodescendentes, pescadores deviam unir-se e organizar-se, no espírito da Não Violência Evangélica e teriam assegurada a conquista de sua liberdade e promoção.

O slogan era: “Povo unido jamais será vencido”. O que D. Helder Câmara corrigiu em:

- *“Povo unido e organizado jamais será vencido”*.

3.1 O Movimento Social do povo de alagamar abordado na Escola do Campo: Cantando e Construindo História.

Mal se iniciou a marcha/ O povo danou-se a cantar/
A chuva caiu nessa hora/ Seguiram bem devagar/
E com a água tão fria /Cresceu em muito a alegria /
Foram-se andando a dançar. (Cantata – p. 19)

De acordo com a natureza do problema esta pesquisa foi do tipo qualitativa com uma combinação de várias metodologias como forma de atingirmos os objetivos propostos e planejados, com trabalho de campo na escola com os alunos do Ensino Fundamental, com os segmentos da Escola do campo, buscando reviver o passado através dos escritos, apesar de ainda pouca publicação desta grande luta que deu origem a uma lição de vida para os participantes e hoje para os educandos, familiares dos camponeses que participaram ativamente dos movimentos sociais em prol de um objetivo coletivo que podemos resumir em poucas palavras “ A TERRA “.

Assim, como sintetizou o Professor Miguel Arroyo,

A escola do campo “ deve ser o espaço em que sejam incorporados os saberes da terra, do trabalho e da agricultura camponesa; em que as especificidades de ser-viver a infância-juventude, a juventude e a vida adulta no campo sejam incorporadas nos currículos e propostas educativas; em que os saberes, concepções de histórias , de sociedade, de libertação aprendidos nos movimentos sociais façam parte do conhecimento escolar .

(ARROYO 2012, p.363).

Em consideração prática a esta afirmação de Arroyo, salientamos que foram realizadas atividades com uma observação participante na escola, diretamente com aplicação

de algumas práticas educativas de leitura e reflexão de textos que retratam todos os fatos ocorridos durante a luta dos camponeses, aproveitando os textos escritos pelos próprios participantes, como folhetos, o Hino de Alagamar e o texto da cantata.

Pois, cantando e aprendendo é uma metodologia prazerosa para os educandos, filhos dos camponeses possam sentir a importância destes movimentos no passado para a situação de “paz” que todos vivem e tem praticamente hoje no assentamento, além da aprendizagem que tiveram os camponeses, através da participação social em prol de um só objetivo que nos dias atuais incorporados ao seu currículo, serve de exemplo como uma grande lição de vida, envolvendo os aspectos: históricos, sociais, culturais, educativos, afetivos e principalmente para formação do caráter, personalidade e para o exercício da cidadania, atingindo-se assim os princípios da educação de acordo com os dispositivos legislativos.

Afinal, para o bom funcionamento da escola do campo e para que esta possa ter um melhor nível de qualidade é preciso que haja um projeto que envolva a própria comunidade no seu cotidiano e em sua gestão, participando assim das atividades pedagógicas em busca de soluções para os diversos problemas e desafios que se apresentam no processo escolar, tendo-se em vista que os educandos não são considerados como alguns indivíduos isolados, mas como membros natos de uma família e de uma realidade comunitária. Ressaltando-se assim a importância da formação educativa através de uma Pedagogia que priorize os movimentos sociais como processo de aprendizagem no passado e no presente para o povo que vive a realidade da comunidade do campo.

Figura 03: Fachada da EEEFM Arnaldo Maroja.



Fonte: Pesquisa direta, 2017.

Esta foto se trata do prédio da Escola Estadual Arnaldo Maroja situada no assentamento das Fazendas Reunidas, onde foi realizada a pesquisa para este trabalho, na qual tivemos a experiência como professor na implantação do Ensino Médio, por um período de cinco anos, trabalhando com as duas primeiras turmas no turno noturno (1 ano A e B), mediante as dificuldades de acesso para os professores no momento da implantação, para o funcionamento tínhamos que completar a carga horária com mais de uma disciplina, no caso, foram ss disciplinas : História, Artes e Língua Inglesa, sob a gestão do professor Leonardo Jordão Borges.

Para desenvolvermos a pesquisa trabalhamos com uma combinação de técnicas, de acordo com as necessidades do caminho que o projeto de pesquisa vai tomar, considerando-se a realidade da construção da cidadania através da prática educativa dos Movimentos Sociais corroborando com os princípios da LDBEN (1996) sobre a formação plena dos educandos e criando este espaço de memória por parte dos jovens camponeses que vivem e estudam no campo.

Realizamos com os alunos da turma do nono ano do Ensino Fundamental uma reflexão crítica dos dispositivos que tratam sobre os movimentos sociais e a relação da educação com a construção e o exercício da cidadania através dos documentos oficiais, como: CF (1988), LDBEN (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e do

Campo, Resoluções, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997).

Usamos como recurso didático nas atividades escolares com os estudante da turma anteriormente citada, os registros dos movimentos Sociais do Conflito de Alagamar que ora dispomos, principalmente alguns dos recortes de jornais, os quais encontram-se em arquivos da Arquidiocese da Paraíba, os quais conseguimos através do Frei Anastácio e do Padre João Maria, Pároco da cidade de São Miguel de Taipú, o texto do Hino de Alagamar de autoria do Sr. Severino Izidro, o qual era cantado nos momentos das reuniões, inclusive quando estiveram acampados na Praça Três Poderes em frente ao Palácio do Governo na capital do estado e tinha o seguinte refrão, ora conhecido por quase todos da comunidade, inclusive pelos alunos da turma trabalhada na Escola.

No primeiro encontro com os estudantes realizamos em sala de aula a leitura do texto do *Hino de Alagamar*, de autoria do Sr. Severino Izidro, camponês ainda vivo que participou ativamente de todas as atividades do conflito. Este texto criado por este ilustre cidadão que até hoje reside nesta terra de Alagamar, fala sobre a história do conflito.

Por isso foi realizada inicialmente uma leitura coletiva pelos alunos e o Prof. Pesquisador, seguido de uma interpretação oral e ainda realizamos uma atividade escrita, procurando explorar o respectivo texto. Através desta atividade os alunos mediante os conhecimentos prévios do texto, através de seus familiares, podemos afirmar que houve um bom debate, enaltecendo a personalidade dos participantes e da importância do movimento no conflito para obtenção dos objetivos. Eis a letra do Hino que foi usado como material didático em algumas atividades orais e escrita com os alunos da escola, conforme exposição em seguida, após o hino,

HINO DE ALAGAMAR.

Alagamar, meu coração
Teu povo humilde esperando a solução
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união

Teu povo forte sem violência e sem guerra
Toma a luta pela terra e a boa produção

Da agricultura que o nosso povo consome
E quem consagra seu nome
Não se curva à invasão

Alagamar, meu coração
Teu povo humilde esperando a solução
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união

Não temos ódio nem preguiça nem vingança
Mas temos a esperança da nossa liberdade
Pra nosso povo ter produtos agradáveis
Nós somos os responsáveis por sua alimentação

Alagamar, meu coração
Teu povo humilde esperando a solução
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união

Os teus escombros de Jurema e Calombi
Juazeiro e Jucuri quem corta é o trabalhador
Com muito amor pela família perece
E quase ninguém reconhece
O quanto é o teu valor

Alagamar, meu coração
Teu povo humilde esperando a solução
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união
Nossa vitória fica na história
A tua glória é a nossa união

(Hino de Alagamar – Severino Izidro – 1975/1980).

Salientamos que este texto foi realizado atividades de leitura coletiva em sala de aula com uma reflexão coletivamente, que não foi gravada, mas, esta foi uma forma dos educandos se tornarem mais familiarizados com os fatos pretéritos vividos pelos seus familiares (pais e/ou avós),mas, que na verdade , se deu um bom debate, mediante os questionamentos colocados a turma de acordo com os versos do texto do Hino de Alagamar.

Esse hino que tem uma letra que mostra a realidade camponeses do povo de Alagamar, que hoje contados, lembrados e registrados, são motivos de orgulho, por terem enfrentados os

“poderosos”, ou seja, os proprietários (pessoas ricas) e os agricultores com toda sua humildade lutaram e venceram, hoje são donos de seus pedaços de chão, onde fazem suas plantações diversas para suprir necessidades com tudo que é plantado e colhido por todos, podendo-se citar , o seguinte :

Teu povo forte sem violência e sem guerra/ Numa luta pela terra e pela boa
produção/ Da agricultura que o nosso povo consome/E quem consagra este
nome/Não se curva a invasão.

Teus filhos querem permanecer no trabalho/ Sabendo que és um retalho/que o
pobre ainda arranja o pão/Alagamar de tantas belezas mil/ Tu sabes que no Brasil/
Acabou-se a escravidão. (Hino de Alagamar- 3 e 4 estrofes).

Durante a interpretação, destacamos as palavras do verso e escrevendo no quadro para chamar mais atenção da turma – (povo – violência – guerra – luta – terra – produção – agricultura – invasão - trabalho- povo – pão.- Alagamar – Brasil – escravidão), as quais foram usadas em atividades de produção textual escrita, além de algumas questões que foram lançadas , para responderem de acordo com o entendimento da mensagem do respectivo texto.

De acordo com essa atividade realizada com os alunos, destacamos algumas respostas, como forma de qualificar a memória a respeito do movimento social no Grande Alagamar, eis alguns exemplos:

Aluno X : Este texto do Hino é a nossa história de vida, por isso temos que sempre lembrar os acontecimentos.

Aluno W : Quando diz , nossa vitória fica na história, a tua glória é a nossa união. Eu fico emocionada, pois, fala da união dos agricultores, nosso país, unidos para lutar e vencer.

Aluno Y : Eu gostei muito deste trabalho, não podemos deixar se acabar esta história. Aqui na escola deve ser lido todo ano.

Aluno K : Seu Biu quando escreveu este Hino eu tava querendo mostrar pra todo mundo e conhecer a luta de alagamar. A luta da terra.

Diante das respostas ou das afirmações dos educandos, percebemos que o processo educativo dos movimentos sociais são praticamente uma extensão desta prática que incluída ao currículo escolar, ganha força na aprendizagem dos alunos além de demarcar os objetivos e a realidade do povo do campo.

Esta foi uma forma simples, porém muito útil de memorizar a história de luta deste povo através da união nos movimentos, onde um era por todos e todos por um, na prática e na época funcionou tanto que chegaram a atingir os respectivos objetivos do conflito ou da luta. Dispomos ainda do folheto do Sr. Expedito Gonçalves, intitulado de “A luta de Alagamar” contada em cordel pelo poeta Expedito, conforme exemplo dos primeiros versos, que também foram usados como recurso para conhecimento de tudo quanto passaram e sofreram na época e assim poderemos construir a memória com os jovens educandos.

No segundo encontro, levamos o texto do panfleto em forma de literatura de cordel produzido pelo Sr.. Expedito Francisco Gonçalves, abordando alguns fatos do movimento do conflito que mostra um pouco sobre as atividades, alguns acontecimentos, assim como algumas prisões de religiosos e freiras que auxiliavam os camponeses na organização do movimento. O panfleto do Sr. Expedito fora trabalhado também em sala de aula, explorando os conhecimentos dos alunos e relacionando com o que o camponês registrou.

Eis um trecho do que foi escrito por este camponês:

Há trinta anos passados / Alagamar se juntou /
E a luta começo / Depois que morreu Arnaldo.
Veio Fazendeiro malvado / quis nos pisar de pé /
Com a mão de Dom José / Tivemos um bom resultado./
E esse foi apelidado com nome de Dom Pelé. /

Nos outros tivemos fé/ Daí começou a guerra /
Pra defender nossa terra /Homem , menino e mulher
A frota de camburão/da polícia militar/
Zezita pra descansar/ sofrendo dor e tristeza/
Com Cícero e Marlene presa/ Na cadeia de Pilar.

Veio Dom José/ pra soltar/Disse Burity nessa noite/
E quando foi meia noite/Veio o governo acordar/
Ainda quis se negar/Achando fora de hora/
Dom José disse é agora Quem prendeu vai soltar.

(Expedito Gonçalves, 1980.p. 1 a 4).

A leitura desse panfleto foi muito interessante, o estilo literário de cordel do texto provocou uma leitura muito prazerosa daí, aproveitamos para fazermos uma reflexão coletiva, analisando todos os nomes de alguns camponeses que foram citados e que são todos conhecidos pelos alunos. Este foi um momento de reconhecimento da luta e da responsabilidade que os camponeses tiveram na época e enfrentam tudo, pensando no bem de todos. Portanto, transcrevemos algumas colocações feitas por alguns alunos |:

Aluno 01 – De acordo com o texto de Seu Expedito eles enfrentaram até a polícia, foi muito triste mesmo. Agente fica triste e alegre em ler essa história.

Aluno 02 - O poeta escreveu bonito, mas tem que o povo saber mais sobre essas coisas do conflito.

Aluno 03 – Seu Expedito sabe de tudo. Ele contou tudo até os nomes do povo que foram presos ele disse no folheto.

Aluno 04: Gostei desta parte: Massacre e torturarão/ Por capataz e o patrão/ Querendo nos expulsar. Nascemos aqui pra ficar./ Deus nos deu cobertura/ É essa a lembrança pura / Da luta de Alagamar.

Quanto a participação dos alunos foi bastante satisfatória, mediante as colocações, o interesse pelo assunto, e as posições feitas por alguns alunos, sobre a relação da luta e a vitória pela desapropriação. Para alguns, falam de seus parentes, como verdadeiros heróis, que tiveram coragem de enfrentar os fazendeiros e as ordens dadas por eles, a qual, finalizamos deixando no ar , a seguinte questão :

- O que seria de Alagamar hoje, se não tivesse ocorrido o conflito no passado ?

Dando continuidade a pesquisa, no terceiro encontro, trabalhamos com o texto da Cantata pra Alagamar. Mas, para um melhor entendimento dos leitores, eis a questão – O que é uma Cantata ?

Segundo o conhecido dicionário Aurélio, uma cantata se trata de uma composição musical “(...) de inspiração profana ou religiosa, para uma ou mais vozes, com acompanhamento instrumental, às vezes também com coro, e cuja letra, em vez de ser historiada, descrevendo um fato dramático qualquer, é lírica, descrevendo uma situação psicológica.”

Ou seja, uma obra artística surgida após os acontecimentos, mas sim fez parte intrínseca deles; a “Cantata pra Alagamar” está inserida dentro dos acontecimentos.

Desde sua estreia na histórica Igreja de São Francisco em João Pessoa (1979), fez grande sucesso. Além dessa oportunidade, foram feitas várias outras apresentações, em diferentes cidades brasileiras.

Quando João Paulo II veio ao Brasil em 1980, a Cantata estava pronta para se apresentar, mas o espetáculo foi desarticulado: deliberadamente o pontífice se atrasou e “diplomaticamente” foi cancelada para não atrapalhar o restante da programação papal.

Entre os dias 05 e 14 de fevereiro de 1980 ocorreu, em Itaici (SP), assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Durante uma das noites, um grupo de artistas apresentou a “Cantata pra Alagamar”.

Muitos que participavam do encontro eram conhecedores *in loco* das violências cometidas em todo o Brasil contra pequenos agricultores e outros grupos sociais como os indígenas, envolvendo questões de terra, assim como Dom Pedro Casaldáliga, na época, Bispo da Prelazia de São Félix no Rio Araguaia (Mato Grosso), o qual, ficou encantado com a Cantata e na mesma hora rabiscou um poema, fazendo a ligação entre rio e mar e a realidade de Alagamar.

Apesar do título “Cantata pra Alagamar”, o texto não se inspirou somente na luta camponesa que ocorria na Paraíba, mas também fez referência a outras realidades nordestinas, rios brasileiros, assentamentos que também ocorriam outros conflitos pela terra.

Na prática em sala de aula, no primeiro momento com esta atividade, colocamos a gravação do cd para que eles pudessem ouvir todo o texto, acompanhando com o texto escrito. Este texto já é um pouco mais complexo, pois ele faz uma abordagem da realidade da época em nível de nordeste, incluindo assim os movimentos dos camponeses de Alagamar, fazendo uma contextualização histórica e cultural da situação vivida pelos agricultores, seus objetivos, suas lutas, cita ainda nomes de grandes apoiadores do movimento, a título de exemplo, o nome do Arcebispo da Paraíba na época – Dom José Maria Pires, entre outros bispos de destaque, como Dom Helder, Dom Francisco, Dom Manoel, além de outras autoridades civis, religiosas e militares.

Com o texto da cantata se realizou varias atividades, que na verdade é um material que pedagogicamente, consideramos de grande valia e que pode ser trabalhado de diferentes formas, para se construir a memória deste grande fato histórico, social e cultural.

Fato que não pode morrer no tempo. Por isso deve ser lembrado e trabalhado, principalmente nas escolas do campo do assentamento do município como motivo de exemplo do trabalho coletivo, da luta e da vitória da classe trabalhadora contra os poderosos latifundiários.

O texto da “Cantata pra Alagamar” que foi gravado por W.J. Solha e retrata a História de Alagamar, material que pode levar os jovens a uma nova visão e forma de valorizar os movimentos sociais e tirarem alguns proveitos para o exercício da cidadania nos dias atuais.

Pois, conhecer, lembrar os fatos históricos significa cultivar memórias do trabalho ou conflitos enfrentados pelos camponeses (pais ou avós) dos atuais alunos da Educação Básica de hoje na Escola do assentamento, tendo sido conquistada após a vitória dos camponeses, esta e mais três Escolas da rede estadual, além das Escolas da Rede Municipal que ainda existem nas mesmas comunidades, tais como: Maria de Melo, Alagamar, Piacas e outras.

Pelo texto da cantata, podemos reviver que muito depois das Ligas Camponesas e bem antes do MST ou seja, ainda em pleno período da ditadura, a Paraíba assistiu à luta pela terra dos trabalhadores do Grande Alagamar.

A década de 1970 estava terminando, e o Brasil vivia a abertura política do general Figueiredo. A redemocratização batia às nossas portas. A Igreja se envolveu no conflito em favor dos pequenos, como falava Dom José Maria Pires, quando se referia aos camponeses de Alagamar e declarando apoio de público através das entrevistas dadas aos repórteres dos Jornais que circulavam na época, como: União e o Correio da Paraíba.

FIGURA 04: Capa do CD gravado a Cantata pra Alagamar



Vejamos parte do texto que desde o início dessa cantata, faz uma referência ao contexto sócio histórico que se refere ou afirma que tudo se inicia, quando começa o Pro Terra, por parte do governo na época...

Começa com o Pró-Terra/

Financiando o gado e a cana

As terras se valorizam, a negociata se dana/
Lavouras são destruídas, famílias pobres varridas/
A ambição fica insana

O ano é 74, com 10 de revolução/
Os países do petróleo tomaram a resolução/
De cobrar de todo mundo, um gemido mais profundo em troca da produção/

O governo brasileiro, sentindo esse contratempo/

Reuniu seu ministério e resolveu nesse momento

Substituir gasolina pelo produto da usina que demonstrou seu talento

Foi então que o Proálcool,
Botou dinheiro em ação, Pra cana suficiente,
Partiu para a promoção,
De investimentos maiores,
Pras terras que eram melhores,
E incentivar plantação.

E assim da noite pro dia/
Latifúndio valorizado
Ficaram ainda mais caros
E foram negociados
Sem se medir consequências,
Sem se poupar delinquências,
Sem molhar prejudicados.

Nem governo, fazendeiros,
Nem SUDENE, nem usinas,
Vendedores, compradores,
Em meio a charutos, piscinas,
Pensaram nos moradores,
Nos pobres Agricultores,
Ao descobrir essas minas .

Não é só Pedras de fogo,
Nem São Miguel de Taipú
Nem Cruz do Espírito Santo,

Nem Fazenda Mucatú
É o povo de ALAGAMAR
Ai-ai ui-ui,
Que já está ficando nú.

A ópera camponesa não podia ser apresentada nos teatros, porquanto proibida pela censura em razão do seu conteúdo político de denúncia da perseguição a que estavam sendo submetidos os agricultores, pela ditadura militar. Por isso, sua estreia aconteceu no dia dezessete de junho de 1979 na Capela da Igreja de São Francisco, com um público de aproximadamente quatrocentas pessoas, que aplaudiu de pé o espetáculo.

Na oportunidade também se faziam presentes como expectadores o arcebispo Dom Hélder Câmara, de Olinda e Recife e Dom Fragoso, bispo de Crateus, ambos, ao lado de Dom José Maria Pires, apontados pela imprensa aliada ao governo como os “bispos vermelhos”, pela pregação que faziam em favor dos pobres e dos oprimidos.

À frente do movimento sempre esteve como inspirador maior o Arcebispo da Paraíba naquela década, Dom José Maria Pires, figura extraordinária que por três décadas comandou o rebanho católico paraibano. A história foi contada numa peça musical que fundia o erudito com o popular. José Alberto Kaplan, um argentino que viveu e morreu na Paraíba, escreveu a música. Solha, o texto. Na estreia, o arcebispo fez um comentário inesquecível: que a *Cantata Para Alagamar* unia três homens chamados José. E falou das diferenças que havia entre eles. Dom José era cristão. Kaplan, judeu. E Solha não acreditava na existência de Jesus Cristo. (Fragmento do texto de J.A.Kaplan.).

É impossível pensar na Educação do Campo sem referi-la aos sujeitos concretos, históricos, à infância, à adolescência, à juventude, aos adultos que vivem e se constituem humanos . Pensar a Educação do Campo implica recuperar a centralidade dos educadores e dos educandos como sujeitos sociais e culturais. (MOLINA, 1999, p. 11).

Essa Pesquisa-Ação, de caráter qualitativo, teve como campo empírico a EEEFM Arnaldo Maroja, no município de Salgado de São Félix/PB, mais precisamente no Grande Alagamar.

Durante as atividades do Tempo Comunidade, um dos espaços da pedagogia da alternância realizou um projeto de ação educativa e de pesquisa na escola Arnaldo Maroja realizamos algumas atividades com o objetivo de conduzir os alunos do 9^o ano do Ensino Fundamental a tomarem conhecimento a respeito do conflito de terra que fora realizado nas

décadas de 1970 e 1980 pelos camponeses nas comunidades do Grande Alagamar, como forma de que eles se apropriassem dos fatos histórico, construindo assim a memória coletiva a respeito desta tão sublime história real de vida dos camponeses.

E de acordo com GOHN, 2012, p. 56, nos movimentos sociais a educação é autocriada no processo e o educativo surge de diferentes fontes de exercício do poder:

1. Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder.
2. 2. Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe.
3. Da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas .
4. Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apoiam o movimento.
5. Da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência , a qual seria sinônimo de conhecimento.

No texto da cantata encontramos os seguintes versos que qualifica a luta de alagamar não violenta, uma das causas foram as orientações dos religiosos conforme o seguinte registro, os quais, foram citados por alguns alunos, fazendo a relação da luta com os princípios humanos e cristãos:

Vão lá pra Federação/ exijam as providências /
E enquanto não atendidos/ Não percam a paciência/
O Arcebispo Dom José/ Já explicou como é /
A luta da não violência.
Primeiro é nunca matar/ Segundo jamais ferir /
Terceiro estar sempre atento/ Quarto é sempre se unir/
Quinto é desobediência/ Às ordens de Sua Excelência/
Que podem nos destruir.
(Cantata pra Alagamar – pg. 06)

FIGURA N : Dom José Maria Pires em reunião com os camponeses de Alagamar.



Fonte : JORNAL O NORTE – 12/1979.

Fazendo-se a leitura desta foto, que se encontra Dom José Maria Piores em uma reunião com os camponeses de Alagamar, percebemos o grande sentido da Igreja através dos religioso na orientação dos movimentos que além de ter sido realizado de forma pacífica, também ocorreu através desta conversa informal, embora temporária o que podemos chamar de prática educativa com o povo do campo, pois se tratava de um grande grupo de agricultores analfabetos, sem conhecimento literário escolar, embora através destas rodas de conversas, aconteceram a relação do ensino e da aprendizagem pelos atos reais que eram assimilados e praticados pelos trabalhadores.

Este conhecimento obtido pelos camponeses através das diversas falas que tiveram com autoridades civis, militares, religiosos, advogados e outros membros de movimentos de outros assentamentos, serviram ou resultaram como uma forma de letramento através da prática vivida nos movimentos sociais que gerou consequentemente, uma nova visão de mundo. Uma nova forma de conscientização sobre seus direitos e deveres o que podemos

relacionar com a construção verdadeira da cidadania, pela formação de caráter e personalidade na luta pela conquista de seus direitos, comprovando assim, o que está escrito no Artigo 1 da LDBEN/1996, que a Educação além da Escola, enquanto instituição, também pode se desenvolver nos movimentos sociais.

E essa abrangência dos movimentos sociais enquanto espaço para se desenvolver a educação, podemos relacionar com a teoria dialógica do Mestre Paulo Freire citada na obra Pedagogia do Oprimido, pois foi através deste diálogo que tudo foi realizado em Alagamar, desde a tomada de decisão dos camponeses para se rebelarem contra as atitudes dos administradores e dos novos proprietários das terras, durante o período da luta, até o momento do assentamento nas terras, o diálogo sempre foi o instrumento mais forte e eficaz em todo o processo.

Como afirmou o Mestre Paulo Freire,

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais.

O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação EU – TU. (FREIRE.2005,p.90/91).

E este diálogo enquanto instrumento de uma Educação Dialógica através da teoria libertadora, se dar através das características, também defendida por (FREIRE, 2005. p. 191) a Colaboração, a União, a Organização e a Síntese Cultural como um elo para sua realização no seu fazer que consiste na ação e reflexão por intermédio da relação complementar do processo comunicativo entre os sujeitos que se colocam diante de um processo de luta em busca de um objetivo comum. E# assim sendo, encontramos ponto por ponto nas ações dos camponeses na relação com os Bispos que orientaram a programação do movimento social.

4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PREPARAO DOS EDUCANDOS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

O estatuto da terra manda o INCRA definir/
Onde a Reforma Agrária terá mais urgência de agir/
E Alagamar vem agora ai-ai ui-ui o seu DIREITO exigir.

Mas esta é nossa Canaã, pelo Estatuto da terra/
Nossa terra prometida, quem sabe disso não erra/
Vários anos no deserto/ em busca do solo fértil/
Com medo de fazer guerra.
(Cantata – p. 06).

Conjugando-se a teoria dos movimentos sociais enquanto prática educativa social e a possível construção da cidadania através de exemplos reais, iniciamos por falar sobre alguns versos da Cantata pra Alagamar, onde, podemos exemplificar através dos versos citados a presença marcante da questão dos direitos dos camponeses em relação a terra e ainda sendo comparada com a “ Terra prometida “ conforme os escritos bíblicos. O que registra e exemplifica a influência para construção ou preparo dos educandos para o exercício da cidadania, mediante a realização das reflexões críticas do material trabalhado que aborda sobre a realidade dos trabalhadores na luta pela posse das terras no assentamento do “ Grande Alagamar “.

E ainda, valendo citar que, segundo Evanildo Bechara, 2011,p.412, o sujeito Cidadão é aquele que usufrui de seus direitos civis e políticos e Cidadania é a qualidade de cidadão, ou seja, é o conjunto das ações realizadas em conjunto, formado então, pelos cidadãos.

Portanto, para adentrarmos a respeito da relação entre educação e cidadania, principalmente a cidadania construída mediante o exemplo de vida e luta relacionada aos movimentos sociais no campo, torna-se necessário evidenciarmos que o termo “ cidadania “ se refere de forma bastante ampla, abrangendo diversas dimensões, porém , uma das mais consideráveis entre algumas diz respeito àquela que trata de igualar as ações entre os direitos e os deveres dos indivíduos ou seja, dos cidadãos, quer seja de natureza individual ou coletiva.

Sabendo-se que a natureza dos direitos individuais e coletivos diz respeito a cidadania na sociedade, quer seja individual ou coletiva.

Em relação a educação dos indivíduos da sociedade brasileira já afirma a CF=1088 no seu artigo 205 que a educação, sendo um direito de todos e dever do estado e da família visa além de outros objetivos encontra-se incluído no dispositivo constitucional o preparo para o exercício da cidadania, daí, concluímos ser de grande importância por parte da “ Escola “ buscar formar o sujeito considerando e pondo em sua proposta pedagógica algumas estratégias que venha atingir o respectivo enunciado.

Ressaltando ainda que o dispositivo da atual LDB no artigo 1 inclui a disponibilidade dos movimentos sociais também poder abranger os processos formativos da educação, considerando tal dispositivo da lei, nos faz crer que os camponeses do Grande Alagamar muito aprenderam com a participação dos movimentos sociais nas décadas de 70, 80 no conflito de terras com ações orientadas, organizadas e planejadas através do grande grupo de religiosos em especial, mediante tamanha responsabilidade sobre a luta por parte do Arcebispo da Paraíba na época Dom José Maria Pires, conforme os escritos dos camponeses e pelas fotos no álbum de recortes de notícias dos jornais da época.

E hoje, todo este empenho dos camponeses sendo revividos pelos estudantes através da reflexão dos textos trabalhados, acreditamos na oportunidade de poderem adquirir conhecimentos básicos sobre a relação de direito e deveres do cidadão, podendo assim, influenciar na formação da cidadania dos jovens camponeses, tendo como lição de vida, os trabalhos, a luta em conjunto, a forma de reivindicar das autoridades, a posição decisiva tomada de ir em busca, a iniciativa e a firmeza dos objetivos da classe, em fim, todo o conjunto de ações realizadas pelos trabalhadores e seus familiares, contando com a grande contribuição dos que se dispuseram ajudar para que juntos pudessem atingir a culminância do movimento.

Por isso é que fazemos esta relação entre os movimentos sociais e a construção da cidadania dos camponeses, pelo exemplo dado através da ação coletiva em busca de seus objetivos – a posse da terra, como direito adquirido líquido e certo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O povo de Alagamar / Festejou essa conquista /
Mas sabe que dois não é dez/ não tem defeito na vista
Continua não violento/ai-ai. ui-ui
/”Nunca será conformista”.
(Cantata pra Alagamar .p. 28)

As possíveis considerações que apresentamos neste trabalho não representam determinar a conclusão a respeito deste tão polêmico assunto primeiramente por considerarmos esta pesquisa ainda inacabada. Afinal os movimentos sociais dos anos de 1970-1980 conseguiram fazer mais do que resistir ao regime militar, chegando ao ponto de poderem protagonizar um processo de construção inovadora, dando assim um grande passo para contribuição de fazer surgir na sociedade um novo regime o democrático, onde a classe dominada pelos poderosos ganham vez e voz no espaço social e como grande exemplo, temos o conflito dos camponeses do Grande Alagamar.

Na verdade,

“ A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto, analfabeto, fraco, atrasado, preguiçoso, ingênuo, incapaz, um Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade , para se integrar à totalidade do sistema social – o mercado. As expressões relacionadas a ele sempre foram carregadas de sentido pejorativo. “

(PEREIRA– 2011, p. 341).

Justamente, fazendo-se uma reflexão desta citação de PEREIRA,2011, a respeito da ideologia dominante da classe dos poderosos em relação à toda classe trabalhadora e em especial aos agricultores e/ou camponeses integrantes de movimentos sociais, que são submetidos contra esta classe dominante sabemos que muitos são os preconceitos e verbalizados por termos pejorativos citados e que popularmente, ainda são completados por termos ainda piores com os homens e mulheres que se dispõem a luta em busca dos objetivos, muito bem posicionados pela bandeira de luta dos “ Sem Terras “.

Afinal, partindo-se desse quadro real sobre as desigualdades sociais entre dominantes e dominados, fazer um análise dos episódios do conflito de alagamar e pelas reflexões realizadas pelos jovens estudantes, torna-se como um dos momentos bastante crucial e árduo por parte das ações do professor pesquisador, pelo motivo básico de que se deve neste momento , conseguir-se descartar de todos os conceitos prévios por parte desta história , por maior visibilidade prática , mediante os prévios conhecimentos da respectiva causa.

Havendo necessariamente, que o pesquisador possa desvincular-se do discurso cotidiano, para então poder gerir um discurso condizente ao que foi coletado através das informações concisas e precisas, obtidas através dos participantes, podendo até, haver ou surgir algumas divergências ao que poderia ser pensado ou apropriado na intenção do pesquisador.

Pois, Inicialmente, tínhamos a intenção de realizarmos um número maior de encontros com os estudantes, embora, concluirmos as atividades com um total de cinco encontros com um tempo corrido de três aulas no turno vespertino, diretamente com os alunos na escola, apesar de algumas dificuldades, principalmente a questão da frequência irregular dos alunos durante a sequência dos encontros para realização das atividades.

Salientando ainda a necessidade de adequarmos as diferentes realidades com as atividades pedagógicas da escola, usamos o espaço das aulas de Língua Portuguesa pelo fato de termos explorado bastante uma metodologia prática da leitura, reflexão oral e escrita, buscando ainda um bom desempenho dos alunos da turma pelo fato das atividades terem sido trabalhadas com material didático que se tornou muito prazeroso, pelo menos, foi essa a demonstração mostrada por parte dos alunos, mediante o prévio conhecimento por parte dos alunos, em se tratando da realidade de vida dos camponeses, apesar de que, ainda não considerarmos totalmente concluída e ainda podermos em um maior percurso de tempo e com alunos de turmas do ensino médio obtermos e podermos aprofundar esta temática e com alguns dos camponeses que participaram dos movimentos sócias.

Portanto, praticamente foi esta ideologia dominante que se propagava a ser realizada contra os trabalhadores de Alagamar, ou seja, em um vocabulário popular, que os foreiros iriam ser passados pra trás, depois da morte do latifundiário, e que eles não seriam ou representavam algum empecilho para os planos e objetivos dos administradores. No entanto, a força coletiva dos camponeses através das ações de repúdio a situação instaurada nas fazendas e pelo grito de mudança, a história tomou um novo rumo, atendendo aos anseios, desejos e direitos dos trabalhadores do campo.

Sendo assim, uma atividade apresentada na metodologia aplicada que ainda encontra-se em fase de desenvolvimento, tendo-se em vista a dinâmica da temática, os diversos objetivos a serem atingidos com esta pesquisa e os possíveis resultados que poderão ainda surgir com a continuação da pesquisa e por uma maior reflexão do pensamento e da nova visão de mundo demonstrada pelas atitudes e pela tomada de iniciativa por parte das ações durante o conflito do povo do campo.

Segundo PEREIRA,2009,p.178, A ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matutos, analfabetos, fraco, atrasado, preguiçoso, ingênuo, incapaz; um Jeca Tatu, que precisa ser redimido pela modernidade para se integrar à totalidade do sistema social. As expressões relacionadas a eles sempre foram carregadas de sentidos pejorativos.

No presente, mediante o que já foi estudado, observado, construído mediante algumas atividades, dar-se a perceber que estamos no caminho certo e quem sabe na verdade os movimentos sociais são considerados um grande meio para o desenvolvimento e reconstrução da identidade e, principalmente, da memória sobre os fatos históricos do povo do campo, principalmente, partindo da realidade dos camponeses que lutaram por um presente mais significativo da vida no assentamento, mais livre e mais participativo, usando um material que mostre sua realidade social, econômica e cultural.

A Escola do Campo, diante dos complexos dilemas especulativos, é considerada hoje um grande repositório de uma variedade de histórias vivenciadas ao longo dos anos no nosso país, apesar que se encontra dialeticamente interligada e atrelada totalmente ao sistema educacional, mesmo que colocada sob determinada ótica, ainda considerada limitada, oferecendo a cada nova pesquisa, uma abertura de reflexão, surgindo a cada passo, um respaldo de autonomia pedagógica por intermédio do espaço de uma construção renovada quanto à vida cotidiana da Escola do Campo.

Partindo do mundo do campo, aproveitando os seus prévios conhecimentos de vida, suas experiências, falando a sua língua, valorizando as suas origens, o seu trabalho, a sua forma de viver e com novas perspectivas de um futuro melhor, de uma vida melhor e com novas oportunidades de crescimento, construindo uma nova forma de assumir direitos e cumprir deveres em uma sociedade que o camponês olhe e seja olhado de frente, de cabeça erguida, onde eles possam se sentirem livres e verdadeiros cidadãos.

Por mais incrível que possa parecer, esta pesquisa nos permitiu perceber alguns elementos que consideramos constitutivos de uma realidade que demonstra os (des) cuidados a que vem sendo submetida a população do Campo ao longo dos anos, principalmente em relação a oferta e a qualidade da Educação.

A memória equivale ao objetivo dos movimentos sociais ou até mesmo uma motivação que desperta o prazer por conhecer e registrar para não morrer no tempo uma história de luta que teve como lema: lutar e vencer, através de um trabalho coletivo por todos da comunidade e de outros que apoiaram a causa. Deparamo-nos com uma série de desafios, dificuldades e obstáculos para a realização de uma Educação de melhor qualidade, que seja formativa e que realmente possa ofertar e corresponder a outro resultado no processo de ensino e aprendizagem.

Dessa maneira, torna-se um processo menos excludente e que se harmonizasse com a realidade específica dos trabalhadores do Campo, e que os mesmos conseguissem uma

realização plena, em pé de igualdade para com as demais escolas da rede pública estadual, porém dentro do mesmo espaço da sociedade. Trata-se do uso da leitura de mundo através do exercício prático dos conhecimentos obtidos nas práticas educativas escolares.

A legitimidade da educação do Campo vai além da busca por um sucesso econômico, mas, com certeza, um resultado pleno e satisfatório no que se refere ao aspecto intelectual, culminando o poder do aluno camponês ter consciência para responder a seguinte questão: Quem sou Eu?

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa e tem como potencial a produção de alimentos na sua total diversidade e no uso múltiplo dos recursos naturais e com concentração de pequenos agricultores e, por conseguinte, com índices de desenvolvimento entre os maiores. A concepção de agricultura familiar vive em total confronto com a agricultura capitalista.

Diante da pesquisa realizada, podemos ainda constatar que a Escola não se encontra ainda em um nível ou padrão de trabalho do campo, ou seja, voltada para conscientizar os alunos em relação a sua real situação enquanto trabalhadores e dos direitos a eles assegurados como forma de poderem ainda lutar pela sobrevivência e permanência no Campo com um maior respaldo sócio cultural e econômico, conseguindo assim uma verdadeira libertação.

A questão de termos tido trabalhado os textos que envolvem os nomes de seus familiares nos movimentos sociais e que estes assemelham-se ao MST, sentimos que, entre os estudantes fora criado um outro conceito, uma nova visão a respeito desta realidade que pelo contrário, pode ser vista como uma questão de honra, de orgulho, ou seja, trabalhar estes textos em sala de aula, significa, auxiliar ou na desmistificação do preconceito ao termo popular dos “ sem terras “.

Construindo assim, um novo olhar, uma nova reflexão, motivo este, que para os atuais jovens do assentamento, hoje estudantes do Ensino Fundamental possam criar esta memória em torno deste fato que marcou vidas e fez um distintivo na história deste povo que se tornou público, principalmente pela gravação do texto da Cantata pra Alagamar.

Havendo assim, nos dias atuais alguns trabalhos científicos que abordam estes movimentos que para os camponeses vai se tornando uma realização em ver a sua vida, o seu trabalho sendo lembrado, discutido e repassado para outras gerações e em meios diversos no mundo acadêmico.

Não como uma posição conclusiva, mas, como uma forma de analisar a experiência realizada com os alunos da turma do nono ano do Ensino Fundamental, deu para observar que essa metodologia utilizada nas atividades interpretativas com os textos que abordam a realidade camponesa, trabalhados nas atividades didáticas com alunos da escola do campo, foi bastante eficaz na parte prática de trinar a leitura e absorver novos conhecimentos, principalmente quando se trata de um assunto relacionado com a realidade de vida dos leitores.

Durante as atividades os alunos não apenas narraram ou explicaram algo, mas, precisamente fizeram algumas argumentações orais e/ou escritas de acordo com suas próprias concepções e de acordo com a fruição interpretativa dos textos lidos e suas realidades de vida do e no campo.

Destacamos ainda a oportunidade de incluir no currículo escolar a prática da leitura e da produção oral e escrita durante os questionamentos de cada texto trabalhado em suas especificidades distintas, porém complementares a respeito da mesma temática no exercício da aprendizagem para o exercício da cidadania e apropriação da língua como suporte para a qualidade do processo escolar.

Outra questão a ser também considerada foi a leitura imagética das figuras nos recortes de jornais, como contribuição ou forma complementar do entendimento textual sobre o recorte da memória dos movimentos sociais na escola do campo.

Ressaltamos ainda como um dos resultados dessa pesquisa, o amadurecimento dos educandos em relação a ato de reflexão dos fatos históricos e da autonomia no uso das palavras para transmitirem os seus pensamentos, suas ideias e seus entendimentos, além da motivação, do interesse e da participação nas atividades. Afinal, foi bastante óbvio que os participantes desta experiência foram expressamente responsáveis, deu para perceber quando os mesmo não se recusaram em momento algum de realizar as atividades, não constando como uma obrigação da escola e muito menos para aproveitamento avaliativo de suas notas, pelo contrário, acreditamos ter sido de extrema importância para sua formação e construção da cidadania.

6 - REFERÊNCIAS

ÁLBUM de Recortes de Jornais (**A Luta de Alagamar – 1979 e 1980**), Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Responsável: Padre João Maria. Paróquia São Miguel de Taipú /PB.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, MDA, 2006.**

ARROYO; CALDART; MOLINA. (org). **Por uma Educação do Campo.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ABATH. Fernando C. Educação (re) Construída. Teoria Fundamentada a Práxis. João Pessoa. 2013. 140 p.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. & JEZINE Edineide. Educação Popular e Movimentos Sociais. Dimensões Educativas na Sociedade Globalizada. 2008. Editora da UFPB.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo : Pesquisas e Práticas Educativas. 2011. Editora da UFPB

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/home/ftp/LDB.doc>>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

_____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. De 03 de abril de 2002.

_____. Diretrizes Complementares para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução n 02 de 28/04/2008.

CALDART, ROSELI Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo. 2004. São Paulo. SP.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB Fácil : leitura crítico-compreensiva : artigo a artigo/ Moaci Alves carneiro. Petrópolis. RJ. Vozes. 1998.

DECRETO n 7.352 de 04/11/2010- Política de Educação do Campo me o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 edição. Rio de Janeiro. Editora Nova.

FONSECA J.J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Universidade Estadual do Ceará. 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 2005.

GIL. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória et al. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de educação**, 2012.

_____, Movimentos Sociais e Educação. Editora Cortez. São Paulo. 2012.

JEZINE. Edineide & Maria de Lourdes Pinto de Almeida. Educação e Movimentos Sociais. Editora Alínea.

LEI. 9.394 – de 20.12.1996 – (LDBEN) SEC/PB. João Pessoa –PB. 2007.

MINAYO, , DEESLANDES< FERREIRA, Maria C. de Souza. & Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. , Pesquisa social. Teoria, métodos e Criatividade. Petrópolis. RJ. Vozes. 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. E outros ORGS. O Campo da Educação do Campo.2004. Coleção Por uma Educação do Campo. Vol. 05.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Por um Pedaco de Chão**. vol 2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

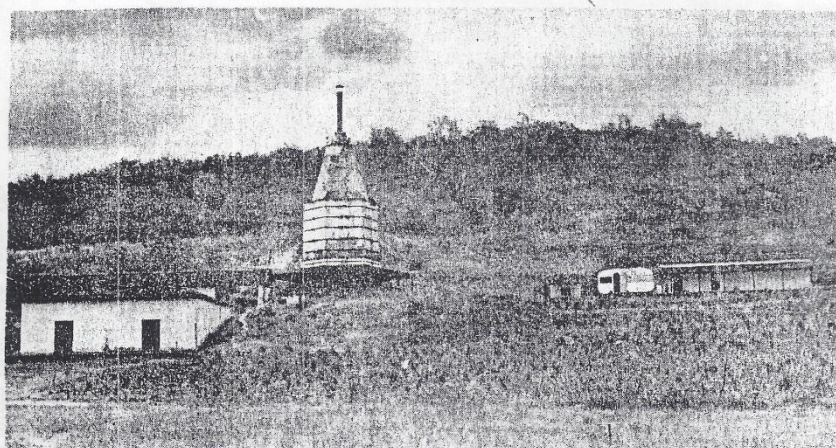
OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
RIBEIRO, Marlene . Educação para a Cidadania: Questão colocada pelos movimentos Sociais.. UFRGS. 2001.

PEREIRA, Antonio Alberto. Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba. Das Ligas aos Assentamentos Rurais. Editora Universitária. 2009, João Pessoa-PB.

PRONERA, Decreto n 7.352 de 04/11/2010.

ROSSATO, Geovanio & Walter Praxedes. Fundamentos da Educação do Campo: História, legislação, Identidades Camponesas e Pedagogia. . Editora Loyola. 2015. São Paulo. SP.

SOLHA, W. J. “ Cantata Prá Alagamar “. (CD).



Alagamar: a prática vem mostrando que bom-senso não é suficiente para resolver questões de terra.

O NORTE - 13/03/1980

Alagamar em estado de sítio

Alagamar está em estado parcial de sítio. Ninguém pode se reunir e nem mesmo conversar com um sacerdote porque a polícia não deixa". A vez é corrente tanto em Alagamar, quanto em Piacas, Maria de Melo e Caipora, zonas de conflito entre colonos e proprietários, que há dois anos lutam pelo direito de permanecer na terra.

De acordo com as informações, a ordem de não reunir partiu diretamente da Secretaria de Segurança Pública, também responsável pela guarda das seis porteiras da área. Em cada uma, soldados de Polícia Militar se postam estrategicamente, com ordens de pedir a documentação de qualquer pessoa estranha.

Para resolver casos complicados, os soldados devem se conduzir aos postos policiais de Alagamar ou Maria de Melo, onde 12 homens vivem em permanente estado de alerta; para assegurar a eficiência do trabalho, eles dispõem de um fusca e uma

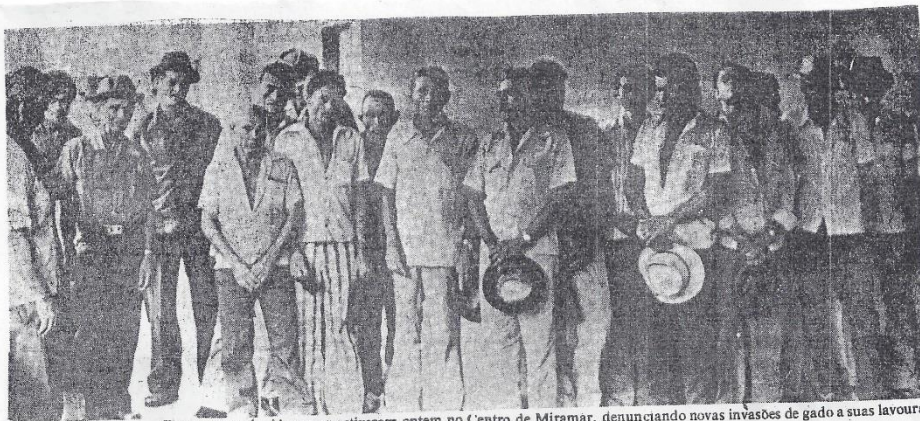
camioneta, que patrulham os seis quilômetros entre Alagamar e Maria de Melo, as principais zonas de litígio.

Proibindo reuniões e a entrada de membros da Equipe Pastoral nos dois locais, a SSP, indiretamente, originou na área uma onda de mutismo: ninguém sabe ou viu nada; e não partiu de ninguém a ordem para soltar o gado dentro das lavouras. Pelo menos assim pensam colonos e policiais, que olham para os jornalistas com desconfiança.

Quanto ao episódio da antevespera de Ano Novo, que envolveu colonos e a polícia num conflito, ninguém informa nada com precisão: para o colono Manoel Faustino - o **Nezinho Zeia** - que afirma ter recebido "coices dos rifles da polícia", "o proprietário das terras Dr. Waldomiro, não é homem pra essas coisas". Por outro lado, ele afirma, com pouca segurança, que os empregados da Fazenda Maria de Melo soltaram o gado "por sua própria conta".

Opinião que entra em choque com a de Cícero Tiburtino, recentemente preso em companhia de uma freira holandesa, que não hesitou em afirmar: "ora, o dono das terras foi quem mandou soltar o gado. Agora, a gente tá aí, com o lavoura destruída".

De outro lado, a polícia afirma que nada disso existe. E o tenente Dirson Clementino superintendente policial da área, aponta com o braço a área anexa ao Grupo Escolar e comenta: "você não está vendo que estamos em paz?" Mas, em meio das afirmações, dois pontos do conflito ocorrido na última sexta-feira permanecem obscuros: ninguém sabe de que morreram as duas reses do rebanho de Waldomiro Ribeiro Coutinho (os colonos afirmam que os animais morreram intoxicados com folhas de mandioca e os empregados da fazenda sustentam que foram mortos a cacetadas) e quem realmente provocou o choque dos agricultores com a polícia.



Camponeses de Alagamar estiveram ontem no Centro de Miramar, denunciando novas invasões de gado a suas lavouras

" O NORTE " - 13-01-80

Colono diz que Burity fez promessa de retirar gado

- Para acabar com a refrega entre colonos e proprietários, o governador Tarcsio Burity prometeu a gente que ia mandar remover o gado da Fazenda Maria de Melo - informou ontem o agricultor Abdon Alexandre, que em companhia de outros líderes rurais da área passou dois dias hospedado no Centro de Treinamento do Miramar.

Segundo ele, duas pessoas passam mal em Piacas e Alagamar, desde a ofensiva que a polícia realizou na antevéspera do Ano Novo: o colono Manoel Faustino - o *Nézinho Zóia* - e um garoto de três meses. Os dois estão com dificuldades visuais e respiratórias, porque foram atingidos com bombas de gás lacrimogêneo.

De acordo com as informações, o gado continua a devorar a lavoura dos agricultores da Fazenda Maria de Melo, sem que o proprietário, a polícia ou o governo tomen providências. "o colono que se meter a tocar o gado - disse Abdon Alexandre - corre o risco de ser preso... A gente tem que ver os bichos comer a nossa roça e ficar calado".

Já o proprietário das terras e do gado, sr. Waldomiro Ribeiro Coutinho, se defende da acusação alegando que as roças foram plantadas em área

de pasto, só para impedir que o gado circule livremente. Segundo afirmou, as reses passam fome, porque os 200 hectares de pasto da Fazenda Maria de Melo estão completamente calcinados. Empregados da fazenda alegaram que alimentar o gado do modo como instruiu a Secretaria de Segurança Pública, encarece os custos dos meios tradicionais de engorda dos touros reprodutores e matrizes.

- Se o gado continuar comendo a folha da mandioca vai terminar morrendo. Comer simplesmente não implica em nada. Mas, se alguma res cismar de dar uma carreirinha e bober água, é morte certa". A observação partiu dos colonos de Maria de Melo, como advertência. No meio dos roçados de mandioca, o gado também pode consumir o *tingui*, uma erva venenosa, que mata as reses congestionadas.

Tentando encontrar uma solução pacífica para o caso, os colonos procuraram a Fetag, mas o presidente do órgão esclareceu apenas que ia impetrar uma ação indenizatória contra o proprietário. Na próxima segunda-feira, um advogado da Fetag dará entrada no processo junto ao foro judicial de Itabaiana. Os colonos reclamam indenizações no valor de Cr\$ 500 mil.

DENÚNCIA

"Mais de trinta reses ainda estão soltas na lavoura, comendo o pouco que resta das plantações". A denúncia é de 17 agricultores no Centro de Treinamento de Miramar.

Os trabalhadores disseram também que a parte do gado que continua retida numa área dentro da própria roça, está causando problemas, pois os camponeses não conseguem dormir temendo que sejam soltas mais reses, já que não foram consertadas as estacas quebradas, e várias porteiras estão abertas, além das cercas cortadas à alicate - afirmam.

Os camponeses estarão hoje, na Fetag, a fim de exigir que: o gado que está retido no local pertencente à área de "Maria de Melo" seja deslocado para outro lugar.

Conto da Paraíba, 13/01/80

②

"Agricultor está abandonado"



Irmã Marlene Burgers revelou detalhes de sua prisão em Pilar

Freira presa pela Polícia em Pilar é libertada por Burity

Acusados de "atividades ilegais" na região de Alagamar, a freira holandesa Helena Burgers, que há 10 anos trabalha na Arquidiocese da Paraíba e o trabalhador rural Cicero Tiburtino foram detidos na delegacia de polícia de Pilar, a 60 km de João Pessoa, sendo soltos horas mais tarde somente com a intervenção pessoal do governador Tarcísio Burity e do arcebispo dom José Maria Pires.

O lavrador fora preso sob a acusação de desrespeitar a ordem da Secretaria de Segurança Pública proibindo reuniões de camponeses na área de Alagamar, e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese enviou a religiosa, sua funcionária para prestar-lhe assistência, mas ela acabou sendo também presa e recambiada para o município de Pilar. A detenção de ambos chegou ao conhecimento do arcebispo, que de imediato avisou ao governador Burity e este propôs que juntos fossem a Pilar, o que foi feito à meia noite de terça-feira, quando os detidos foram liberados.

A irmã Helena trabalha numa pequena comunidade de freiras na localidade de Cajá, integrando ainda a Ação Pastoral de agricultores da Arquidiocese. No desempenho dessa missão, ela já esteve em Alagamar em diversas ocasiões. Quando surgiu a notícia de que um agricultor havia sido preso depois do último conflito na área, ela foi enviada para se inteirar da situação e acabou também recolhida pela polícia.

O bispo Dom José lembra que ao saber das duas detenções ficou preocupado e de imediato se comunicou com Burity. Este lhe informou que já havia dado ordem para que fossem postos em liberdade. Mesmo assim, dom José informou que iria pessoalmente a Pilar para se certificar da libertação do casal. Burity, em resposta, pediu para acompanhá-lo. Em Pilar, por terem se antecipado, foram informados de que a ordem ainda não havia chegado ao destacamento policial.

Irmã afirma que agricultor foi espancado pela polícia

"Fui presa na tarde de anteontem, em Alagamar, pelo Tenente Silva, do destacamento de Guarabira que, na oportunidade, estava armado com um lança bombas. Na ocasião ele disse que eu não podia me deslocar até o local onde se dava a reunião dos agricultores". Declarou a freira Marlene Burgers, holandesa radicada no Brasil e residente na rua São Rafael, Conjunto Castelo Branco.

A irmã destacou, ainda, que "não sofri nenhuma agressão física. Entretanto, o agricultor que foi preso na mesma oportunidade, pouco antes de mim, foi espancado a coronhadas de fuzil em Alagamar e quando foi levado para a cela em Pilar pelo delegado daquele local e o guarda que o auxiliava".

"O Governador do Estado, que foi a Pilar me libertar, juntamente com o Arcebispo, disse-me que eu tinha o direito de me locomover para onde quizesse. Entretanto, ressaltou que o Secretário de Segurança, ao me deter estava se baseando em legislação federal que diz ser proibida a presença de estrangeiros em zona de conflitos", disse a irmã Marlene.

A freira destacou ainda para a reportagem que "continuará indo a Alagamar apesar da situação de indefinição em que as autoridades deixaram a questão.

Outra irmã é detida em Piacas

Uma outra freira - irmã Tonny Van Han - holandesa residente há 9 anos no Brasil e há 8 anos servindo na Arquidiocese da Paraíba, foi presa ontem pela Polícia de Piacas, juntamente com o agente pastoral João Batista Sales. Os dois haviam viajado de João Pessoa a Piacas levando dois agricultores - Manuel Faustino e seu filho José - após estes haverem se recuperado parcialmente de espancamentos ocorridos na região, no último dia 28 de dezembro, quando a polícia utilizou bombas de gás lacrimogêneo contra um agrupamento de camponeses.

Os dois religiosos chegaram a Piacas às 10hs da manhã de ontem e acabaram sendo detidos por forças policiais às 15hs, primeiramente foram conduzidos para a cadeia de Pilar e, posteriormente, para a de Itabaiana, já que o delegado da primeira cidade, tenente Fonseca, recusou recebê-los na detenção, afirmando que somente o faria quando autorizado por seus superiores da Capital, o que não ocorreu.

Ante a recusa do tenente, a freira e o agente pastoral foram conduzidos para a cadeia de Itabaiana, chegando momentos depois à cidade o tenente Dirson, comandante do destacamento de Alagamar que resolveu liberá-los, isso já por volta das 20 hs de ontem.

Até às 17hs de ontem, o secretário de Comunicação Social do Governo desconhecia o caso e, quando informado, afirmou que o Governo iria tomar todas as providências para evitar um novo atrito na área. O certo é que os dois religiosos foram liberados e ontem mesmo vieram para a Capital.

Segundo a irmã Tonny revelou à reportagem ainda em Itabaiana, "os policiais não me maltrataram fisicamente". O mesmo revelou o agente pastoral.

Irmã Tonny confirmou que havia ido a Piacas levar os dois agricultores que se encontravam desde o dia 28 no Centro de Treinamento de Miramar, e ao chegar ao local, começou a conversar com os camponeses, até que às 14hs chegou um destacamento da Polícia com quatro policiais, justamente quando os agricultores informavam que na noite anterior (quarta-feira), alguns soldados haviam jogado bombas de gás lacrimogêneo e dado tiros para o ar, somente para intimidá-los. A conversa não chegou a ser ouvida pelos policiais.

- O que é que a senhora está fazendo aqui - interrogou um dos policiais, dirigindo-se à freira. Não sabe que é proibido?



Um dos componentes do destacamento que ela não soube precisar quem era, pediu-lhe a identidade, mas a freira exigiu uma declaração de que estavam tirando-lhe o documento. Os soldados resolveram então levá-la detida para Pilar.

A freira e o agente pastoral não chegaram a ser molestadas e nem foram trancafiadas durante as quase 6 horas em que estiveram nas mãos da polícia.

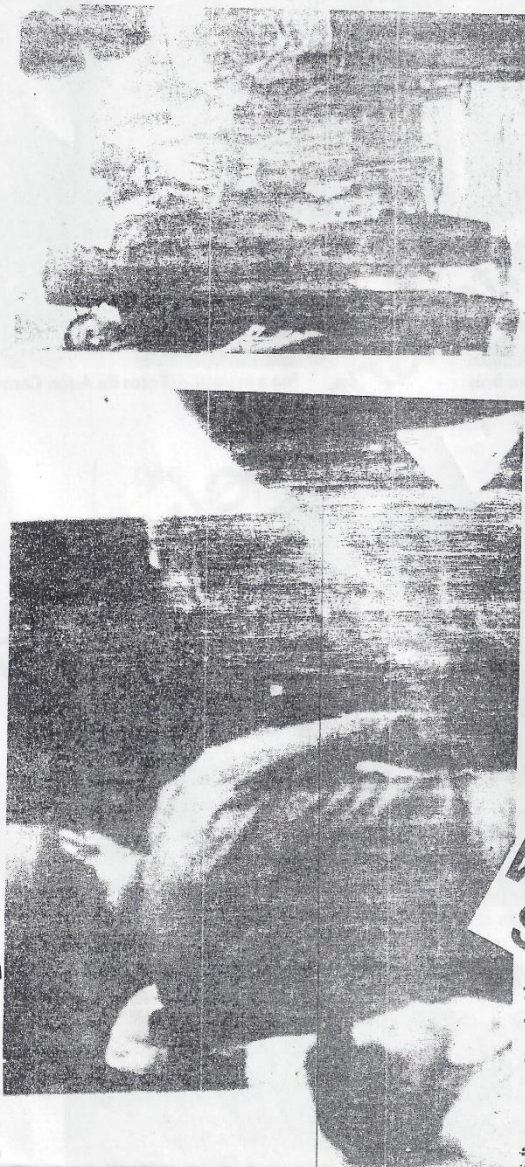
O arcebispo Dom José Maria Pires e os demais outros 13 bispos que estão desde ontem participando de um Seminário sobre vocação sacerdotal, no Centro de Treinamento de Miramar, não quiseram comentar o novo incidente. Apenas Dom Helder Câmara, numa rápida entrevista, já à noite, revelou que Alagamar é um exemplo da luta não violenta.

A irmã Marlene, detida anteontem, concedeu ontem entrevista na qual cobra do governo a promessa que, segundo ele, o sr. Tarcísio Burty fizera, de evitar a violência no campo. Já o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, através do presidente, padre Luiz Couto, sugere cinco providências essenciais ao Governo para acabar com a tensão na Grande Alagamar, entre elas ele aponta a necessidade de se retirar o gado dos grandes proprietários das terras dos camponeses e também a saída do destacamento ostensivo do local.

O secretário Luiz Bronzeado, da Segurança, revelou ontem que o passaporte do padre Adriano Cornelis Smits, tomado pela polícia, ainda não foi devolvido ao religioso porque encontra-se no Ministério da Justiça para "um levantamento, pois o visto de entrada no Brasil data de 2 meses atrás e é como turista". O secretário revelou não acreditar "que uma pessoa venha fazer turismo numa zona em conflito como a de Alagamar, Piacas e Maria de Melo". Bronzeado revelou ainda que a irmã Marlene não foi presa, e sim detida, uma vez que "não atendeu a solicitação dos policiais que patrulham a área em conflito" e que não se pode prever se haja ou não um conflito entre os fazendeiros e os agricultores. Caso houvesse desentendimentos envolvendo estas partes e alguns religiosos, "teríamos de dar satisfação ao seu país de origem". O secretário informou, finalmente, que o passaporte do padre poderá ser devolvido assim que liberado pelo Ministério da Justiça.

Ontem mesmo, por volta das 22hs, o governador mandou enviados especiais para a região, enquanto mantinha constantes entendimentos telefônicos com as autoridades de Alagamar e Piacas, procurando informar-se minuciosamente da situação no campo. Detalhes na 3ª, 5ª e 12ª Páginas

Polícia não cumpre ordem de Burity na fazenda Alagamar



clima na região de Alagamar. As tropas permanecem tensas devido às atividades do Governo em promover o policiamento da área.

Corregedor vai a Alagamar e PM mantém 250 soldados de prontidão

Continuam em vigor as determinações no sentido de que seja bloqueado o acesso de estrangeiros a Alagamar. Isto se prende ao nosso dever de proteger a inocuidade física deles e evitar ingerências no âmbito em assuntos que não lhes diz respeito. Assim disse ontem o titular da Segurança Pública, Luiz Bronzato, ao comentar os acontecimentos do Alto Novo da região de Alagamar, com as prisões de Freira e de Sebalberg e do colono Cícero Tibério.

Para evitar que fatos desagradáveis ocorram na área de conflito, Bronzato disse que hoje mandará a Alagamar o delegado corregedor João Rique, com uma finalidade: arrastar, em um quarto policial, as testemunhas do conflito da última sexta-feira, que envolveram

O cel. Rique Primo está encarregado de ouvir colonos e milicianos. Os segundões já foram submetidos a exames de corpo delito e, os primeiros, terão exames hoje. Consta que cinco policiais saíram feridos da contenda. "A SSP - disse Bronzato - está procurando, através da Fetag, realizar novo acordo com os agricultores da Fazenda Maria de Melo, a fim de que a área seja pacificada e as maiores providências por parte do Governo Federal".

Em Alagamar, dez policiais continuam de plantão, e tendo à disposição armamentos sofisticados. Mas, segundo declarou o secretário da Segurança Pública, "se a situação esquentar, retiraremos o destacamento policial com 30 ou 50 homens do II Batalhão de Polícia Militar,

TE DO LADO
DO NOSSO MEDO

PAZ QUE OS
PATRÕES QUEREM

Burity não permitirá subversão no campo

O governador Tarcísio Burity disse ontem que a presença de força policial não resolverá o problema de terras em Alagamar, Piacas ou em qualquer outra localidade. "Somente a reformulação da legislação agrária, transformando o sistema fundiário do País, é que eliminará os conflitos, erradicará as tensões sociais e contribuirá decisivamente para uma maior produção e produtividade do setor primário nacional", observou.

- E perfeitamente compreensível - afirmou o governador - que cada cidadão ou grupos de pessoas tenham opiniões divergentes sobre a solução que deva ser dada a um determinado problema. O Poder Público, porém, tem a lei para aplicar e é nos seus dispositivos que deve buscar justificativa e apoio para sua ação. No caso de Alagamar e Piacas, o Governo do Estado tem cumprido a lei. A força policial mantém a ordem, e as questões entre as partes envolvidas no conflito devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário para apreciação.

Assegurou o sr. Tarcísio Burity que o Governo não permitirá ação subversiva no local. "seja desenvolvida por proprietários, por agricultores ou por quaisquer outras pessoas". Ele reafirmou que pessoas estranhas, particularmente estrangeiros - "que, como os brasileiros, devem respeitar a legislação do País que os acolhe" - não deverão frequentar a região conflitada. "pois é preciso esquecer a tensão social e isto só será possível se camponeses e

donos de terras puderem trabalhar sem ingerência de pessoas alheias ao meio, e estabelecendo contratos de arrendamento de terras, com a intervenção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado".

- A presença da polícia na área em conflito - esclareceu o governador - foi uma necessidade identificada por agricultores, e proprietários que, em março do ano passado, nos primeiros dias do meu Governo, me disseram ser esta providência a única capaz de evitar derramamento de sangue e até vítimas fatais. Ao assumir a administração estadual, já encontrei em ebulição o problema de Alagamar e Piacas, onde várias cenas de sangue haviam sido registradas pelo noticiário da imprensa. Um dos meus primeiros atos foi me dirigir ao local onde, ouvindo camponeses e proprietários, cheguei à conclusão de que deveria deslocar para ali uma força policial, a fim de que ao mesmo tempo em que procedesse a um desarmamento dos litigantes, assegurasse um mínimo de ordem pública à área em conflito.

- Ao Governo do Estado - declarou o sr. Tarcísio Burity - cabe manter a ordem pública e o estrito cumprimento da lei. E foi com esse propósito que, mesmo consciente de que a questão de Alagamar e Piacas somente poderá ser resolvida por decisão do Governo Federal, é que mandei para a área a polícia, com a recomendação expressa de, numa ação imparcial, evitar confrontos entre agricultores e proprietá-

rios. A paz e a ordem deveriam ser mantidas, sem que o braço da força pudesse beneficiar qualquer das partes envolvidas no conflito.

- Ao mesmo tempo - lembrou o governador - desenvolvi junto ao Governo Federal, especificamente junto ao Ministério da Agricultura e ao Incra, incisivas e frequentes gestões para que se efetivasse prontamente a desapropriação de 2 mil hectares de terras procedida por decisão do então presidente Geisel. Este meu trabalho, de que toda a Paraíba tomou conhecimento, através de divulgação pela imprensa, provocou a publicação de um novo decreto, já no Governo do presidente Collor, melhorando tecnicamente o diploma legal anterior. No momento, a equipe do Incra trabalha na área desapropriada, nos serviços de demarcação das terras cujos títulos de posse serão emitidos tão logo sejam concluídos os trabalhos.

Convencido, finalmente, de haver tomado todas as providências para a manutenção da ordem pública e garantia dos interesses sociais na região, advertiu com toda a clareza e imbuido de toda a autoridade de governante que, dentro da lei e dos instrumentos coercitivos do Estado, não contemporearei com todos aqueles que não tem atingido os inalienáveis direitos do cidadão e a imperturbável paz da família paranaense, que cabe ao Governo preservar a qualquer custo - concluiu o sr. Tarcísio Burity.

QUEM SÃO OS SUBVERSIVOS?

"Subversivos são os indivíduos proprietários que, em nome da 'justiça social', não pagam a terra, não dão trabalho aos camponeses e não respeitam a legislação da terra."

"... também que os indivíduos agricultores e camponeses, em nome da 'justiça social', não pagam a terra, não dão trabalho aos proprietários e não respeitam a legislação da terra."

Burity não permitirá subversão no campo

27. 05. 07. 80

O governador Tarcísio Burity disse ontem que a presença de força policial não resolverá o problema de terras em Alagamar, Piacas ou em qualquer outra localidade. "Somente a reformulação da legislação agrária, transformando o sistema fundiário do País, é que eliminará os conflitos, erradicará as tensões sociais e contribuirá decisivamente para uma maior produção e produtividade do setor primário nacional", observou.

- E perfeitamente compreensível - afirmou o governador - que cada cidadão ou grupo de pessoas tenham opiniões divergentes sobre a solução que deva ser dada a um determinado problema. O Poder Público, porém, tem a lei para aplicar e e nos seus dispositivos que deve buscar justificativa e apoio para sua ação. No caso de Alagamar e Piacas, o Governo do Estado tem cumprido a lei. A força policial mantém a ordem, e as questões entre as partes envolvidas no conflito devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário para apreciação.

Assegurou o sr. Tarcísio Burity que o Governo não permitirá ação subversiva no local. "seja desenvolvida por proprietários, por agricultores ou por quaisquer outras pessoas". Ele reafirmou que pessoas estranhas, particularmente estrangeiros - "que, como os brasileiros, devem respeitar a legislação do País que os acolhe" - não deverão frequentar a região conflitada. "pois é preciso desaquecer a tensão social e isto só será possível se camponeses e

donos de terras puderem trabalhar sem ingerência de pessoas alheias ao meio, e estabelecendo contratos de arrendamento de terras, com a intervenção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado".

- A presença da polícia na área em conflito - esclareceu o governador - foi uma necessidade identificada por agricultores e proprietários que, em março do ano passado, nos primeiros dias do meu Governo, me disseram ser esta providência a única capaz de evitar derramamento de sangue e até vítimas fatais. Ao assumir a administração estadual, já encontrei em ebulição o problema de Alagamar e Piacas, onde várias cenas de sangue haviam sido registradas pelo noticiário da imprensa. Um dos meus primeiros atos foi me dirigir ao local onde, ouvindo camponeses e proprietários, cheguei à conclusão de que deveria deslocar para ali uma força policial, a fim de que ao mesmo tempo em que procedesse a um desarmamento dos litigantes, assegurasse um mínimo de ordem pública à área em conflito.

- Ao Governo do Estado - declarou o sr. Tarcísio Burity - cabe manter a ordem pública e o estrito cumprimento da lei. E foi com esse propósito que, mesmo consciente de que a questão de Alagamar e Piacas somente poderá ser resolvida por decisão do Governo Federal, é que mandei para a área a polícia, com a recomendação expressa de, numa ação imparcial, evitar confrontos entre agricultores e proprietá-

rios. A paz e a ordem deveriam ser mantidas, sem que o braço da força pudesse beneficiar qualquer das partes envolvidas no conflito.

- Ao mesmo tempo - lembrou o governador - desenvolvei junto ao Governo Federal, especificamente junto ao Ministério da Agricultura e ao Incra, incisivas e frequentes gestões para que se efetivasse prontamente a desapropriação de 2 mil hectares de terras procedida por decisão do então presidente Geisel. Este meu trabalho, de que toda a Paraíba tomou conhecimento, através de divulgação pela imprensa, provocou a publicação de um novo decreto, já no Governo do presidente Figueiredo, melhorando tecnicamente o diploma legal anterior. No momento, a equipe do Incra trabalha na área desapropriada, nos serviços de demarcação das terras cujos títulos de posse serão emitidos tão logo sejam concluídos os trabalhos.

Convencido, finalmente, de haver tomado todas as providências para a manutenção da ordem pública e garantia dos interesses sociais na região, advertiu com toda a clareza e imbuído de toda a autoridade de governante que, dentro da lei e dos instrumentos coercitivos do Estado, não contemporizarei com todos aqueles que não tem atingido os inalienáveis direitos do cidadão e a imperturbável paz da família paraibana, que cabe ao Governo preservar a qualquer custo - concluiu o sr. Tarcísio Burity.

QUEM SÃO OS SUBVERSIVOS?

"Subversivos são os indivíduos proprietários que não aceitam a legislação atual, não pagam impostos, usam um sistema econômico e social baseado no latifúndio, e não respeitam a lei."

"... também que os indivíduos agricultores e trabalhadores do campo, que não aceitam a legislação atual, não pagam impostos, usam um sistema econômico e social baseado no latifúndio, e não respeitam a lei."

Burity garante:

Governo não permite a violência

Bronzeado confirma o uso de bomba contra camponeses

O secretário de Segurança Pública, Luiz Bronzeado, confirmou ontem o emprego de bombas de gás lacrimogêneo contra trabalhadores rurais que expulsavam de suas lavouras, na fazenda "Maria de Mello", em Alagamar, 20 rezes do proprietário Waldomiro Ribeiro Coutinho, em entrevista a Rádio CORREIO DA PARAIBA, o secretário afirmou que foram utilizadas "bombas de efeito moral" para dispersar os agricultores e anunciou que 5 policiais do III Batalhão da PM de Guarabira saíram feridos e serão submetidos a exame médico amanhã nesta capital.

Em outro trecho do seu pronunciamento, Bronzeado voltou a acusar a Arquidiocese da Paraíba de "provo-car" o clima de tensão na área de Alagamar, citando nominalmente o padre holandês Cornelius Smith e um outro sacerdote belga que, segundo ele, "foram exportados para acirrar a luta fratricida naquela região". Para o secretário, "trata-se de uma estratégia subversiva que conta com o apoio do advogado Wanderley Caixe, bastante conhecido por suas atividades como terrorista condenado pela Justiça".

Garantir a ordem, evitar que haja derramamento de sangue e, sobretudo, impedir a presença de pessoas estranhas ao conflito - essas são as principais providências tomadas pelo governador Tarcísio Burity, para evitar que os conflitos sociais registrados em Alagamar e Piasas des-cambem para a violência.

Ontem à noite, na Granja Santana, o governador fez um completo relato de todo o problema da área e mostrou a sua completa disposição de manter o diálogo com as partes, ouvindo-as até exaustivamente.

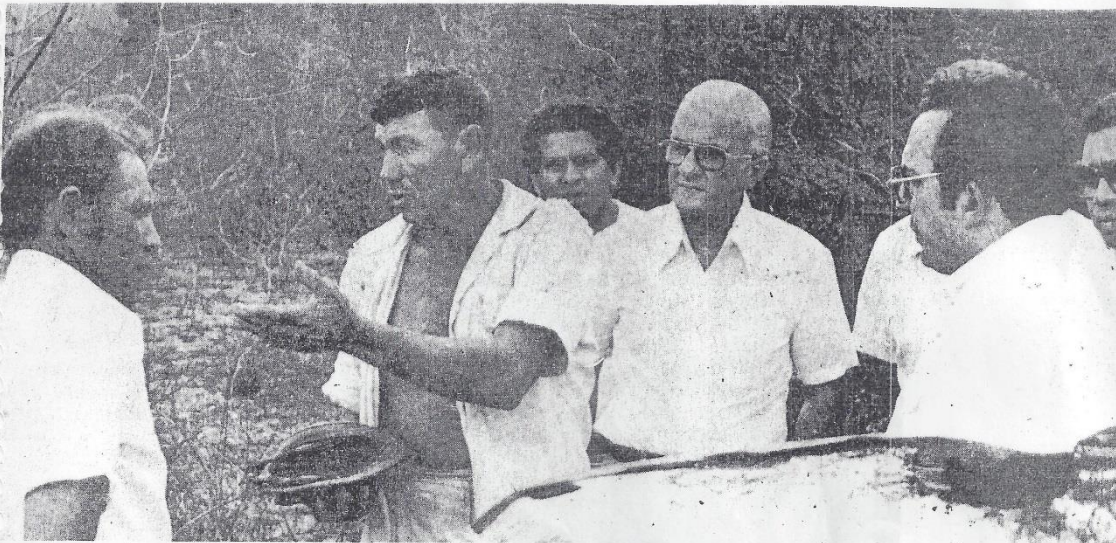
O dever do governo - disse - é manter a ordem pública. Sem o mínimo de ordem pública não poderá haver a condição indispensável para qualquer outra coisa, em sociedade. O governo manterá o contingente policial porque no momento em que retirar esse contingente temos a certeza de que haverá o confronto armado entre as partes.

O sr. Tarcísio Burity voltou a repetir que o seu relacionamento com a igreja é o melhor possível, inclusive pela amizade pessoal entre ele e o arcebispo Dom José Maria Pires. Disse que entendia o trabalho da igreja, mas não poderia concordar com reuniões que discutam soluções para o conflito à margem da lei.

Com relação à apreensão dos passaportes de dois padres estrangeiros, e às detenções da freira Marlene e do agricultor Tiburcio, o governador frisou que a ação da polícia foi no sentido de tomar uma atitude de prudência, pois se uma dessas pessoas fosse ferida as consequências seriam profundamente graves. (PÁGINA 12).

Presente ao debate na Rádio CORREIO, o advogado Geraldo Beltrão discordou do secretário e exigiu como solução imediata a desapropriação pelo governo das terras públicas disponíveis no Estado, com o início de uma reforma agrária que evite a expulsão do trabalhador das terras onde está instalado há muitos anos. Beltrão defendeu o trabalho da Arquidiocese, acentuando que o bispo dom José vem executando uma função "moderadora".

No incidente ocorrido no fim de semana em "Maria de Mello", 12 trabalhadores rurais, inclusive mulheres e crianças, saíram feridos e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos já pediu exame de corpo delito nos camponeses. Eles denunciaram que a polícia, além das bombas de gás, agrediu-os com socos e pontapes. Em Alagamar, proprietários e camponeses haviam firmado um acordo para uso dos campos sob rodízio, respectivamente para a criação bovina e o cultivo da pecuária agrícola. Por esse acordo, os trabalhadores acceitaram o remanejamento do gado para suas áreas de cultivo desde o dia 10



agricultor leva ao governador Tarcísio Burity a sua versão sobre os fatos registrados em Alagamar

"A UNIAO" - 16-01-80

Governador esteve em Alagamar para ouvir agricultores sobre violência

Denúncias de que Alagamar havia se transformado num "Campo de Concentração" - com mulheres, homens e crianças doentes sem direito a assistência médica - e a polícia espancando os agricultores, levaram o governador Tarcísio Burity, o secretário Aloysio Pereira, da Saúde, o coronel Severino Talião de Almeida, comandante da Polícia Militar, e jornalistas de todo Estado a visitar o local, domingo passado.

Na residência da sra. Maria Francisca da Conceição, que sofreu um aborto em consequência do susto causado por uma bomba de gás lacrimogênio soltada na região, o governador se encontrou com alguns camponeses e foi até o sítio Caipora ver uma criança desidratada por causa do corre-corre de pessoas causado pela bomba.

Em Caipora, ouviu diversos agricultores que denunciaram o es-

pancamento efetuado pelos soldados na noite em que foi lançada a bomba de gás lacrimogênio. Os camponeses explicaram que o incidente foi gerado por uma notícia falsa dada por três homens que ocupavam um volks branco, dizendo-se jornalistas, e anunciando que o governador estaria em Maria de Melo dentro de mais alguns instantes.

Informada de que poderia haver um conflito entre proprietários armados e camponeses, a polícia - ao ver os agricultores reunidos na expectativa de ver o governador - mandou que o grupo composto por mais de 300 pessoas se dispersasse.

Meia-hora depois, os agricultores se reuniram novamente e ficaram esperando o governador. Os policiais vendo os camponeses aglomerados lançou uma bomba de gás lacrimogênio no local, o que causou pânico e fez com que muitos agricultores fossem acidentados.

Terminadas as denúncias, Burity perguntou se os camponeses desejavam que o Governo do Estado retirasse o contingente policial de Alagamar, posto desde o início de 79 para garantir a ordem e evitar "um acidente grave", conforme explicou.

Os agricultores foram unânimes em pedir a permanência do contingente policial desde que esse ficasse agindo de maneira imparcial. O governador, face a diminuição das tensões, disse que não mais estava proibida a entrada de pessoas em Alagamar e que criaria, na região, um posto de Saúde com médico, enfermeira e remédio para ser distribuído com a comunidade.

Finalizando, assegurou que a polícia continuaria em Alagamar de maneira imparcial porque "não é função da polícia tanger gado ou pastorear".



Camponeses: à espera de uma solução para a terra



Tarcísio Buriti

Irmã Marlene cobra não cumprimento de promessa

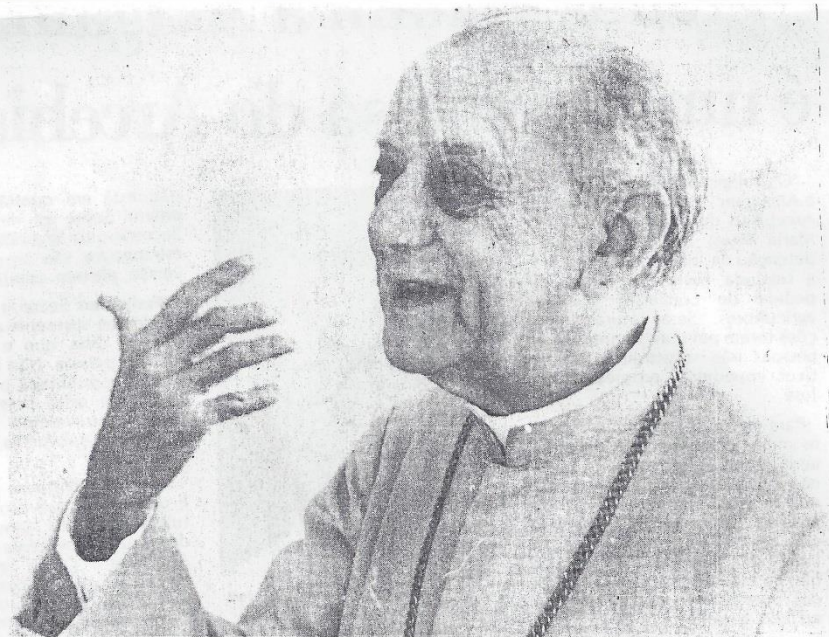
A irmã Marlene Urgeb, que esteve presa na última terça-feira pela polícia junto com o agricultor Cícero Tiburtino, afirmou ontem que a promessa feita pelo governador do Estado, sr. Tarcísio Buriti não foi cumprida. "O Governador prometeu dar uma solução ao problema de Alagamar, ontem, mesmo, mandando ordem para a retirada do gado de dentro da lavoura dos agricultores, mas até agora isso não ocorreu, não havendo o cumprimento da promessa, feita na presença do arcebispo Dom José Maria Pires e alguns advogados", revelou a religiosa.

Segundo irmã Marlene, "além disso, o governador havia dito que a polícia deveria ser imparcial, sem que haja derramamento de sangue, mas os espancamentos a agricultores caracterizam violência".

A irmã já está em João Pessoa, mas procura sempre evitar tocar no assunto, fazendo-o somente após insistência da reportagem. Ela confirma que sua prisão foi uma arbitrariedade policial e que desejar-se entender que uma pessoa que vai ao campo prestar assistência aos camponeses seja intruso é generalizar-se demais.



Irmã Marlene: promessa a cumprir



A Grande Alagamar é símbolo da luta não-armada.

D. Helder afirma que Alagamar é o símbolo da luta não violenta

Numa rápida entrevista que concedeu ontem à noite a jornalistas, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara comentou que Alagamar, a fazenda núcleo de sucessivos conflitos entre posseiros e latifundiários, no interior paraibano, é "símbolo da luta não violenta" e, ao mesmo tempo considerou las-

timáveis e revoltantes, os fatos ocorridos na região.

-Ai de nós se os agricultores não vencerem esta luta, comentou o bispo de Olinda afirmando que está empenhado em encorajar os camponeses a permanecerem nessa luta sem violência e sem armas.

Arcebispo anuncia a resistência no campo

Em declarações ontem ao **CORREIO DA PARAIBA** o arcebispo Dom José Maria Pires revelou que a situação deverá se agravar na região de Alagamar e Piacas, "enquanto a polícia tomar o partido dos patrões e não mantiver equidistância do conflito". Ele informou que o proprietário Waldomiro Coutinho insiste em deixar as reses invadirem as lavouras dos agricultores e estes vão resistir.

Ao mesmo tempo, o arcebispo

declarou que o secretário de Segurança, Luiz Bronzeado, está equivocado ao denunciar a presença de padres holandeses estimulando a subversão em Alagamar. O padre Cornelius Smith, apontado por Bronzeado como um dos agitadores, está, na verdade - disse dom José - com um visto de turista por 90 dias e veio apenas visitar amigos, inclusive, não fala o idioma português e seu visto de permanência termina no dia 19. Ele esteve em

Alagamar casualmente na companhia de dom José quando de uma das visitas deste à área.

O outro sacerdote a que se referiu o secretário, prosseguiu dom José, é o padre Antonio Kempf, vigário de Itabaiana que poucas vezes esteve em Alagamar. "O secretário de Segurança está completamente equivocado e me admira que uma pessoa responsável como ele não conheça os elementos que está acusando" - finalizou o Bispo.

Em declarações ontem ao **CORREIO DA PARAIBA** o arcebispo Dom José Maria Pires revelou que a situação deverá se agravar na região de Alagamar e Piacas, "enquanto a polícia tomar o partido dos patrões e não mantiver equidistância do conflito". Ele informou que o proprietário Waldomiro Coutinho insiste em deixar as reses invadirem as lavouras dos agricultores e estes vão resistir.

Ao mesmo tempo, o arcebispo

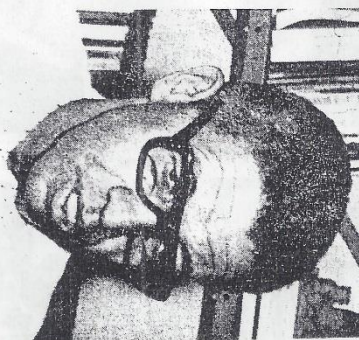
declarou que o secretário de Segurança, Luiz Bronzeado, está equivocado ao denunciar a presença de padres holandeses estimulando a subversão em Alagamar. O padre Cornelius Smith, apontado por Bronzeado como um dos agitadores, está, na verdade - disse dom José - com um visto de turista por 90 dias e veio apenas visitar amigos, inclusive, não fala o idioma português e seu visto de permanência termina no dia 19. Ele esteve em

Alagamar casualmente na companhia de dom José quando de umas visitas deste à área.

O outro sacerdote a que se referiu o secretário, prosseguiu dom José, é o padre Antonio Kempf, gário de Itabaiana que poucas vezes esteve em Alagamar. "O secretário de Segurança está completamente equivocado e me admira que uma pessoa responsável como ele não conheça os elementos que está acusando" - finalizou o Bispo.

Dom José reafirma sua posição e a da Igreja no caso Alagamar-Piacas

João Pessoa, terça-feira, 08 de janeiro de 1980



Dom José: "Não aceitamos a passividade".

A Arquidiocese da Paraíba, face aos últimos acontecimentos que estão acontecendo em Alagamar, vem, através de nota distribuída, ontem, com toda a imprensa da Paraíba, e assinada pelo arcebispo Dom José Maria Pires, manifestar o seguinte:

POSICÃO DA IGREJA DA PARAIBA FACE À SITUAÇÃO EM ALAGAMAR

1. Não queremos, nem admitimos, a violência. Para nós, conforme a declaração do Santo Padre Paulo VI, "a

violência não é cristã nem evangélica". ("Nunca matar", "Jamais ferir").

2. Não aceitamos a passividade, o medo, a acomodação, o isolamento dos pobres e oprimidos. ("estar sempre, atento! Sempre se unir").

3. Respeitamos a obediência de consciência, por isso, aconselhamos a desobediência civil, com os riscos que ela comporta, quando se tratar de ordens claramente injustas e foram esgotados os recursos disponíveis para uma solução rápida e eficaz. ("Desobediência às ordens de sua excelência quando vêm nos destruir").

4. Face aos problemas surgidos em Alagamar a partir de 1976 quando a propriedade começou a ser vendida, temos a declarar:

4.1. A tensão não foi criada nem alimentada pelos agentes pastorais, qualquer que seja a sua nacionalidade. Eles já atuavam na área, antes de 1976.

A tensão começou e se desenvolveu quando os novos proprietários chegaram e passaram a inquietar os agricultores com exigências e pressões.

4.2. A Igreja vem procurando criar condições para que os camponeses se reúnam, discutam seus problemas e tomem decisões dentro do que lhes faculte a legislação vigente, especialmente o Estatuto da Terra.

4.3. Até o momento, não se registrou uma só agressão dos agricultores contra proprietários, contra seus prepostos ou contra a polícia. Ao invés, agricultores têm sido vítimas de frequentes agressões.

5. Na presente conjuntura, temos solicitado às Autoridades apenas duas coisas:

- que não impeçam, com força policial, os agricultores de se reunirem pacificamente e de tangerem o gado que devora suas lavouras, - que não criem obstáculos à ação da Igreja que tem o dever de estar presente junto aos que sofrem e procura fazê-lo através de seus agentes pastorais.

6. Como até hoje não se conseguiu nem uma coisa nem outra apesar dos insistentes apelos feitos pessoalmente ao Exmo. Senhor Governador, sinto-me no dever de estar pessoalmente junto aos humildes trabalhadores que sofrem. O fato de me deslocar para Alagamar, não significa provocação nem intromissão indevida em assuntos que não sejam da competência da Igreja. Reafirmando meu respeito a todas as Autoridades constituídas, quero ser apenas o humilde pastor que se coloca à frente de suas ovelhas, quando elas estão sendo maltratadas e correm o risco de serem massacradas ou de caírem na tentação de responderem com violência à violência, situações estas que devem ser evitadas a todo custo.

João Pessoa, 07 de janeiro de 1980
JOSÉ MARIA PIRES
Arcebispo da Paraíba

“Freiras voltam a Alagamar”, é uma promessa do Arcebispo

“Os religiosos continuarão indo a Alagamar”, declarou, ontem, o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, após condenar a detenção da Irmã Tonny Van Han, a segunda freira holandesa impedida de conversar com os agricultores. “Se as futuras detenções forem por mais tempo, outras pessoas irão substituir quem estiver impedido”, prometeu Dom José.

Para ele, a Igreja colocará todos os meios possíveis para defender agricultores e religiosos. “A nós não interessa a posição do Governo, se ele toma esta ou aquela posição. Se o Governo colabora com o povo, estaremos na mesma linha, se o Governo toma partido não ao lado do povo, mas ao lado dos opressores, permaneceremos ao lado do povo”.

REALÇÕES

O Arcebispo da Paraíba coloca a questão do relacionamento entre



O arcebispo da Paraíba, dom José.

o Estado e a Igreja, na Paraíba, sob outro prisma. Acha que as últimas detenções estão afetando as relações Governo-povo. “A Igreja

não está em questão”, garantiu ontem. Sobre as declarações do Secretário da Segurança de que os estrangeiros são agentes da subversão, ele tem opinião formada:

“Pediria ao Secretário Luis Bronzeado que apresente as provas, se não eu diria que é uma informação gratuita. Não há nenhuma prova apresentada por ele para incriminar estas pessoas de estarem fomentando clima de agitação, subversão ou coisa semelhante”.

Segundo Dom José Maria Pires, é um direito previsto na Constituição o que os agricultores têm de circular livremente na área de Alagamar. “Quem impede esta circulação ou reuniões - disse - está violando os direitos humanos. Como nós, ao mesmo tempo, defendemos os direitos humanos e somos pela não violência, continuaremos tranquilamente dando assistência ao povo de Alagamar.”



Montado a cavalo, Dom José ajudou os camponeses a tanger o gado das plantações em Alagamar.

17.01.80 - 03.01.80



D. Manoel diz que o papel da Igreja é tratar tanto o espírito como o corpo dos fiéis

Dom Manoel nega que Igreja provoque conflitos sociais

"A missão da Igreja é a mesma do Evangelho, é uma missão integral. Ela deve zelar pelo homem integralmente. E, quando a Igreja procura estar mais sensível às situações do homem oprimido no plano social, a sua doutrinação não é muito entendida e está sendo combatido. Mas, faz parte constitutiva da missão da Igreja, a defesa da Justiça, com respeito a todos aqueles que se sentem injustificados".

A afirmação acima é do Bispo da Diocese de Campina Grande, Dom Manoel Pereira da Costa, referindo-se às acusações que estão sendo impostas à Igreja, na Paraíba, de, esquecendo o lado espiritual, colocar-se como impulsionadora de choque de classes sociais, especialmente no recente problema de Alagamar e Piacas, quando bispos, inclusive D. Manoel juntamente com os camponeses, expulsaram o gado da plantação dos agricultores daquela região.

"Alguns querem, afirmou que ela pregue apenas uma coisa puramente espiritual e que não toque nos problemas concretos, principalmente quando se trata de Justiça social e dizem que ela foge do Evangelho quando está pregando a Justiça social e nesse caso a Igreja estaria contra o pró-

prio Cristo que foi o primeiro a defender os interesses daqueles que são pobres, ao dizer que aqueles que são humildes serão vingados por Deus e que Deus destrona os poderosos para exaltar os humildes".

Afirmando que a Igreja está aberta aos exames do seu Patrimônio, o Bispo de Campina Grande disse que "a Igreja, se tem algumas casas, algumas coisas, são coisas públicas e não tem receio nenhum de alguma possível acusação. O que se está em jogo são as injustiças praticadas contra pessoas que não podem ter defesa".

"Que a Igreja tenha casas paroquiais, tenha alguns prédios, eu não acredito que isto vá em nada contra aquilo que, estamos dizendo, e estamos à disposição para o exame dessas coisas todas. Não temos nenhum receio".

Quanto à desobediência civil, pregada por Dom José Maria Pires, ao falar aos camponeses de Alagamar e Piacas, o Bispo Dom Manoel Pereira da Costa afirmou que "a tese da desobediência civil é uma tese defendida por diversas pessoas, pessoas também de alto nível".

"A tese desobediência civil é uma tese que está dentro do próprio Direito e foi nesta que se ba-

seou Ghandi para conquistar a liberdade da Índia sem derramamento de sangue".

Reassegurou Dom Manoel que o seu colega D. José Maria Pires, em nenhum momento mandou que os camponeses transgredissem as ordens emanadas de quem quer que fosse, e que a tese da desobediência civil foi onde se fincaram as palavras de Dom José Maria Pires.

Reportando-se a uma possível mudança fundiária na região do brejo - celeiro de abastecimento de Campina Grande - o Bispo Diocesano teve a seguinte opinião:

"Se as regiões do brejo que são um celeiro muito grande dos gêneros de primeira necessidade, é claro que muita gente pobre está se mudando porque não têm condições o que determinará a expansão de propriedades maiores que, certamente, irá trazer situações muito difíceis".

Quanto a esse problema de mudança fundiária com sérias implicações na ordem social e econômica, o Bispo de Campina Grande quis deixar claro que tal problema não só acontece no Estado da Paraíba, mas sim em todo o País, resultado de toda uma estrutura que é quase a mesma em toda a extensão do Brasil.

D. José elogia espírito de luta de Alagamar

O arcebispo da Paraíba, dom José Maria Pires, atribuiu, ontem, "à perseverança dos camponeses da Grande Alagamar, e, especialmente aos moradores da Fazenda Maria de Melo", a distensão do Governo do Estado em relação ao impedimento de reuniões e entrada de religiosos na área em conflito, que vinha sendo mantido com policiais de plantão.

Assegura dom José que, "caso o povo não tivesse reagido no momento adequado, tomando a frente de um movimento contestatário à ação dos proprietários das áreas em conflito, as lavouras laboriosamente trabalhadas pelos agricultores teriam sido impunemente destruídas pelo gado solto no plantio", por isso, "deve-se continuar na mesma caminhada, reunindo-se e trabalhando pelas mesmas causas".

Não obstante, afirma que "a igreja pleiteia a Reforma Agrária como única solução para o campo no Brasil, e, enquanto não ocorrer uma reforma desejada por todos, as tensões deverão continuar, já que o homem do campo é dono de fato, mas não é de direito, das terras em que vive e tira seu sustento".

ALIANÇAS

Sobre o início ocorrido recentemente na Praça Cem Réis, nega qualquer envolvimento da Igreja com pessoas cuja tendência dogmática seja comunista ou qualquer outra, pois não fez nenhuma aliança com políticos de tendência alguma. Acrescenta que o "

único compromisso real assumido pela Igreja, é com a classe marginalizada, e que sua ação vem de encontro aos anseios do povo sofrido".

Não sabe a quem atribuir as "pichações" nos muros em determinadas ruas de João Pessoa, apresentando uma foice e um martelo entrelaçados, símbolo do Comunismo. Afirma que recebeu com tranquilidade esses fatos, porque não está disposto a receber com violência as provocações dirigidas à Igreja. Como já estão limpando as mesmas "pichações", continua a afirmar que não sabe de quem está partindo essas providências, defendendo o nome da Arquidiocese, que nada tem a ver com fatos semelhantes.

REPÚDIO

Conclamando pelo fim da violência e das arbitrariedades, o deputado estadual Orlando Almeida e dois vereadores de Campina Grande, emitiram ontem nota de repúdio aos acontecimentos de Alagamar. Segundo eles, "as autoridades competentes estão omissas diante de violência policial".

Na mensagem de apoio dirigida aos agricultores, os parlamentares pedem inclusive, pela imediata expropriação dos 2 mil hectares já desapropriados. Destacaram que a desapropriação já iniciada pelo governo federal, deve atingir todos os 10 mil hectares de terras anexas, onde vivem e trabalham centenas de famílias rurais.

Fazenda Campos terá mensagem de apoio de Alagamar e Piacas

Uma comissão de agricultores residentes em Piacas, Alagamar e Maria de Melo, vai levar uma mensagem de apoio aos colonos da Fazenda Campos, uma gleba de 4.790 hectares, vizinha a maior área de conflito rural já surgida no Estado. A informação partiu do colono João José da Silva, um dos líderes da Grande Alagamar. Segundo ele, os trabalhadores estão sendo pressionados pelo proprietário, que não permite reuniões em suas terras e nem respeita a liberdade de ir e vir que é reconhecida pela Constituição aos cidadãos brasileiros.

Na Fazenda Campos residem mais de duzentas famílias de agricultores, a maioria cadastrada pelo Incra. Conta o informante que as glebas destinadas ao plantio de legumes e cereais, estão sendo invadidas gradativamente pelo pasto. "Ao dr. Heráclito - disse - interessa apenas que sobreviva as suas mais de cinco mil cabeças de gado. A gente, que se dane". Ele se referiu ao fazendeiro Heráclito Veloso Borges, um dos maiores bovinocultores da Várzea do Rio Paraíba.

Há três anos que já duram os conflitos em Piacas e Alagamar e, recentemente em Maria de Melo, a Fazenda Campos permaneceu em paz. Em entrevista concedida a um jornal, Heráclito Borges declarou que seus moradores viviam cordialmente e nunca se manifestaram contra os patrões. Agora, observando de perto os conflitos rurais da área vizinha, os colonos se mantêm informados. E de acordo com as informações, eles também vão reivindicar direitos à terra, até agora negados pelos patrões. A maioria dos agricultores da Fazenda Campos, não conta com nenhum tipo de assistência previdenciária.

Mesmo situada estrategicamente na área da Grande Alagamar, a Fazenda Campos nunca foi visitada por agentes da Equipe Pastoral, nem mesmo pelo arcebispo D. José Maria Pires. Estudantes do DCE já tentaram penetrar ali, mas foram impedidos por vigias, que têm ordens para não permitir a entrada de estranhos.

ALAGAMAR:

CNBB manifesta apoio à causa dos agricultores

Em documento divulgado pelo Arcebispo Dom José Maria Pires, o Secretariado Regional Nordeste II na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, manifestou ontem seu apoio integral à causa dos agricultores que lutam contra o domínio de suas terras em Alagamar. A carta enviada à Comissão Episcopal, que se encontra reunida em João Pessoa, tem a seguinte íntegra:

Ao prezado irmão
Dom José Maria Pires
Arcebispo da Paraíba e Presidente da Comissão Episcopal
Regional da CNBB Ne II

Os bispos da Comissão Episcopal Regional do Nordeste II, reunidos em João Pessoa para estudar problemas relativos a vocações sacerdotais, confiamos a três irmãos nossos - Dom Francisco Austregésilo de Mesquita Filho, Dom Manuel Pereira da Costa e Dom Hélder Câmara - a missão de levar, em nosso nome, nosso apoio integral aos agricultores que, em Alagamar, vêm sofrendo incompressíveis perseguições ao tentarem defender seus direitos humanos, mais uma vez pisados de modo revoltante.

Alagamar, sobretudo através da Cantata que hoje se difunde em todo o Brasil e até no estrangeiro, tornou-se o símbolo da luta pacífica, da expressão da mais pura não-violência no enfrentamento do desrespeito total do direito sagrado à terra em que vivem, trabalham e produzem famílias que vêem o gado dos poderosos invadir suas lavouras e são absurdamente proibidas de reunir-se para reivindicar seus direitos.

Deus permita que as autoridades civis e militares percebam como será grave que os agricultores venham a perder confiança no valor da não-violência.

De qualquer modo, ainda bem que a Igreja de Cristo, simbolizada em sua pessoa, está e estará ao lado dos oprimidos, dos injustiçados, imagens vivas de Nosso Senhor Jesus Cristo.

João Pessoa, 4 de janeiro de 1980

José Lamartine Soares
Secretário da CER Ne II

Arquidiocese acolhe vítimas das agressões da Polícia em Alagamar, Piacas e Caipora

O arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires afirmou ontem que todas as providências em favor dos agricultores de Alagamar, Piacas e Caipora, foram tomadas, através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que acolheu as doze pessoas agredidas pela polícia na última sexta-feira, no conflito entre agricultores e policiais.

Quanto aos exames de corpo delito nos colonos torturados, requerido pelo Centro de Defesa, o arcebispo disse que tudo já foi encaminhado e provavelmente os resultados serão dados ainda hoje.

Segundo Dom José, os agricultores voltaram ontem para Alagamar, com exceção de dois deles que foram hospitalizados, e se encontram impossibilitados de viajar, pois, segundo diagnóstico médico, o sr. José Faustino de Araújo está com politraumatismo, e o sr. Manoel Faustino de Araújo foi internado por queixar-se de fortes dores nas costas.

Ontem, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba divulgou a seguinte nota:

"No dia 26 de dezembro de 1979, 200 reses do fazendeiro Valdomiro Ribeiro Coutinho foram soltas nas roças dos agricultores de Maria de Melo e Caipora; os agricultores se organizaram e tiraram.

No dia 28 à noite a polícia enviada pelo Governador e pelo Secretário de Segurança chegou à localidade de Caipora com o objetivo de "tranquilizar" os agricultores e proprietários; para isso a polícia foi preparada com bomba de gás lacrimogênio, fuzis, metralhadoras e casacaletes; "tranquilizou" os agricultores espancando homens, mulheres grávidas ou não, velhos e crianças; o resultado da ação tranquilizadora da polícia foram várias pessoas feridas, algumas tiveram que ser internadas com graves problemas de saúde, como noticiaram os jornais e rádios da cidade.

No dia 30 de dezembro é solto de novo o gado nas lavouras dos agricultores da mesma localidade. Em nota publicada no dia 30 e 31 de dezembro, o Sr. Valdomiro Ribeiro Coutinho afirma: que nunca pensou em colocar o gado nas lavouras dos agricultores; mas o fato é que foram 200 reses do fazendeiro Val-

domiro Ribeiro Coutinho que, na tarde de 26 de dezembro, invadiram as referidas lavouras.

Em nota do dia 31 de dezembro portavoz do Governo, Secretário da Comunicação Social, em vez de anunciar medidas concretas, tendo em vista a apuração rigorosa dos fatos, pede "lucidez, bom senso e sentido prático da realidade", com argumento de que a desapropriação de somente 2 mil hectares de terra é uma medida de solucionar os problemas existentes.

Diante de mais um ato de violência e agressão por parte de autoridades e fazendeiro contra os agricultores; a equipe de coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, vem tornar público o seguinte:

1º - As autoridades ao invés de usarem "o bom senso, sentido prático da realidade e lucidez", preferem enviar polícia para espancar e espalhar o terror; é bem sabido que em conflito entre trabalhadores e fazendeiros a polícia age sempre contra os mais fracos, recorrendo costumeiramente à violência, para impedir a união e a luta do novo pela justiça.

2º - Em nota à imprensa o Sr. Valdomiro Ribeiro Coutinho, diz que não era o seu gado que invadiu as lavouras dos agricultores; e que por sua "formação moral e cristã" seria "incapaz de investir contra homens humildes", mas afirmamos que foi o seu gado que invadiu as roças. Não basta, portanto, anunciar a sua formação cristã, mas ela deve ser concretizada em ações que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas.

3º - Publicamente o responsável por esses atos de violência não assume, mas os fatos ocorridos vêm revelar que existe um plano perfeitamente combinado entre autoridades governamentais e proprietários, consistindo em: 1 - botar o gado para invadir as lavouras; 2 - depois aparece a polícia espancando e intimidando os agricultores e logo em seguida é solto de novo o gado nas lavouras. Certamente esperam que um povo espancado perca a coragem de defender seus direitos. Na verdade os agricultores têm agido com bom senso, lucidez e sentido prático da realidade; este sentido prático da realidade se dá na medida em que os agricultores na

sua luta têm agido a partir de seus problemas usando como única arma a sua união, reflexão e organização para defesa de seus direitos.

A equipe de coordenação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos protesta e denuncia mais este ato de violência e agressão cometidos contra os agricultores das fazendas Maria de Melo, Caipora e Piacas, pertencentes à Grande Alagamar, e reafirma mais uma vez o seu apoio e solidariedade à justa luta dos agricultores na defesa dos seus direitos.

Exigimos por fim que cessem todos os atos de violência e que se efetue uma rigorosa apuração dos fatos com a abertura de inquérito e a designação de um representante do Ministério Público para acompanhar até o fim, o inquérito. João Pessoa, 31 de dezembro de 1979. Pe. Luiz Albuquerque Couto p/ Equipe de Coordenação do CDDH".

Memento

João Pessoa, 06 a 12 de janeiro de 1980

5

Caixe diz que Bronzeado é quem está governando a Paraíba

O advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Vanderley Caixe, que trabalha para a Arquidocesa da Paraíba, interrompeu suas férias em São Paulo para se deslocar ao Rio de Janeiro e Brasília, a fim de denunciar junto ao Governo Federal, à Comissão Justiça e Paz e aos diversas entidades ligadas à defesa dos direitos humanos, no âmbito as violências policiais contra agricultores da Gran- e Alagamar na Paraíba, quando informações que restou ontem por telefone a O MOMENTO. Ele

Para ele, "é estranho o excesso de poder atribuído à Secretaria de Segurança Pública", classificando de "absurda" a prisão das freiras e apreensão do passaporte do padre Cornélio. Na sua opinião, "os latifundiários da Paraíba têm hoje no sr. Luiz Bronzeado o seu representante

máximo, que faz acordos com os agricultores em nome dos proprietários e manda a polícia espancar agricultores e prender religiosos".

Particularizando o caso de Caipora, Caixe disse que "o acordo com os proprietários foi feito sob pressão: os agricultores foram conduzidos a João Pessoa num carro da polícia, para ficarem amedrontados e aceitarem qualquer acordo".

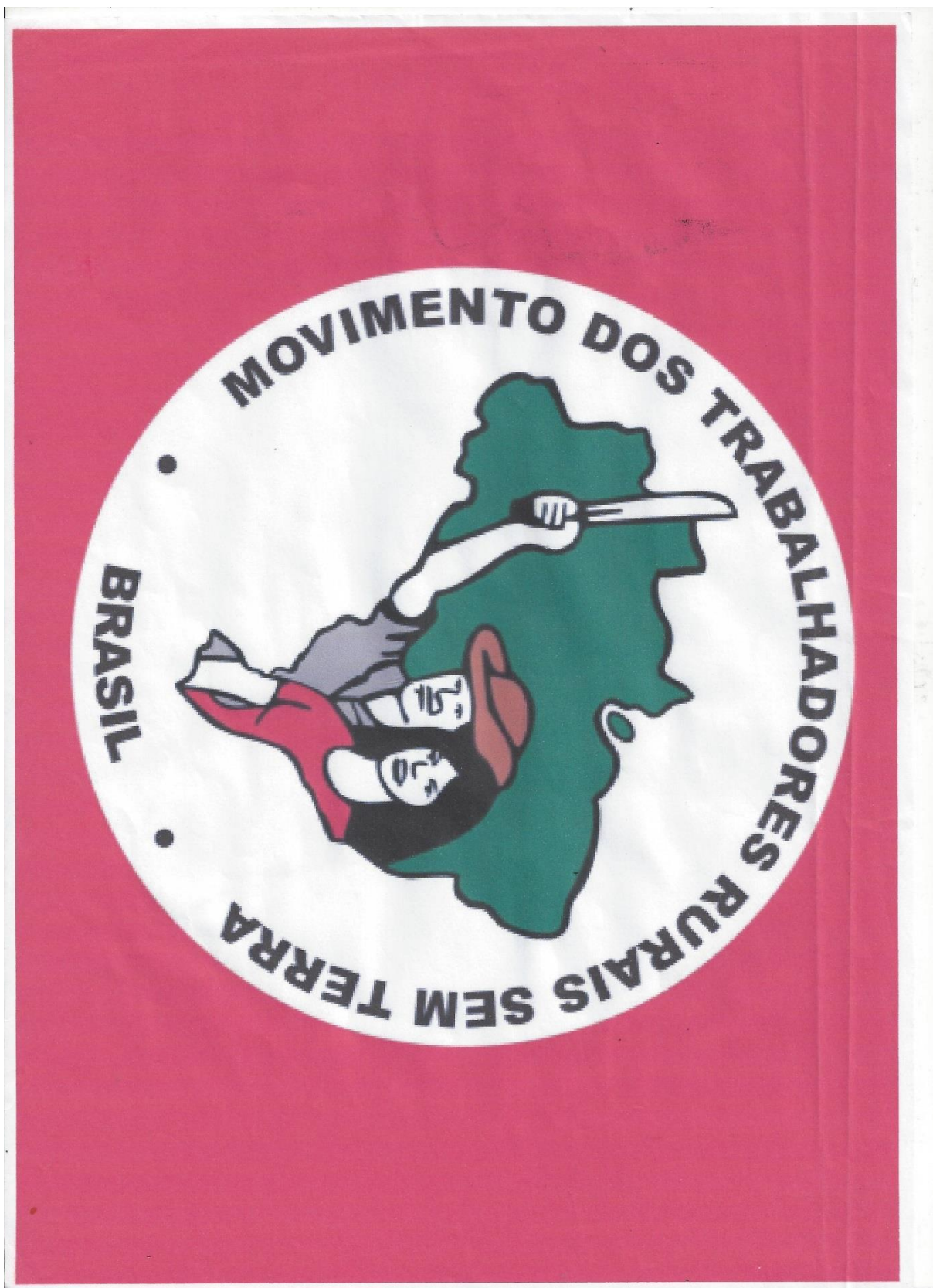
Explicou que "esse é o acordo que permite aos proprietários soltar o gado

na lavoura dos agricultores, foi assinado na presença do sr. Luiz Bronzeado, hoje o representante dos latifundiários".

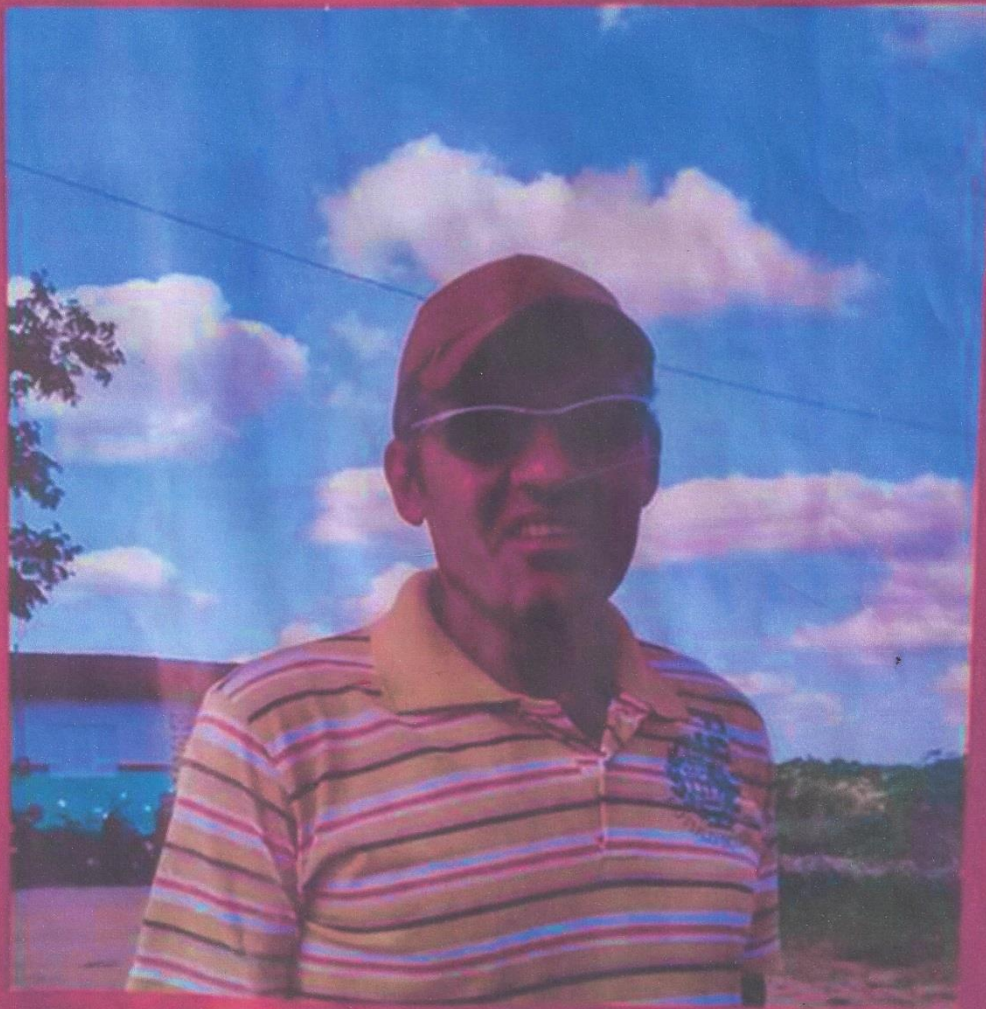
Ele classificou de "desvario da reação o fato de o próprio secretário de Segurança, de comum acordo com os proprietários de terras, acusar padres e freiras de comunistas". Para o sr. Caixe, "a onda vermelha que estão anunciando no Nordeste com tanta veemência não passa de um sintoma de que a reação enlouqueceu, não está mais se encontrando e iniciou a caça às bruxas".



Vanderley Caixe



**"NÃO POSSO DEIXAR QUE O LATIFUNDIO
INVADA NOSSAS CASAS E TOMEM AS NOSSAS
TERRAS. A LUTA NÃO PODE ACABAR".**




IVANILDO FRANCISCO DA SILVA

ASSENTAMENTO PE. JOÃO MARIA CAUCHI

*04/11/1970 †06/04/2016



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA



*“A esperança não
pode morrer,
pois Zumbi vive
em cada um
de nós”*

Dom José Maria Pires,

13 de dezembro de 1995.
8ª Romaria da Terra em
União dos Palmares

Homenagem da CPT/Alagoas ao Bispo dos Empobrecidos



**A LUTA DE
ALAGAMAR
CONTADA EM
CORDEL PELO
POETA EXPEDITO**

**A história de Alagamar contada em
versos pelo poeta EXPEDITO**

Há trinta anos passados
Alagamar se juntou
E a luta começou
Depois que morreu Arnaldo

Veio fazendeiro malvado
Quis nos pisar de pé
Com a mão de D. José
Tivemos um bom resultado

E esse foi apelidado
Com nome de D. Pelé
Nós outros tivemos fé

Daí começou a guerra

Pra defender nossa terra
Homem menino e mulher

A Jesus de Nazaré
Pedimos a permissão

Botamos as foices nas mãos
E fomos às cercas derrubar

Estaca de sabiá
Ficou mole igual sabão
Bem próximo ao mês de São João

Isso nos anos 80
Grandes cenas violentas
Eu vi com nossos irmãos

A frota de camburão
Da polícia militar
Zezita pra descansar
Sofrendo dor e tristeza
Com Cicero e Marlene presa
Na cadeia de Pilar

Veio D. José pra soltar
Disse Burity nessa noite
E quando foi meia noite
Veio o governo acordar
Ainda quis se negar
Achando fora de hora

D. José disse: é agora
Quem prendeu vai soltar

4

Quando chega-se em Pilar
Entrando na madrugada

A segurança assustada
Vendo o governo chegar
D. José a se aproximar
Um mensageiro divino

Marlene estava dormindo
Cícero igual a uma brasa
Mandou Marlene pra casa
E foi levar Tributino

Eu achei bonita a vinda
Ali de quatro pastores
Nas roças que se plantou

5

Quase que o gado finda

Veio D. Helder de Olinda
De Campina D. Manoel

Vi D. Francisco de pé
Andando por dentro dos talos
Tangendo o gado a cavalo
Do lado de D. José

Nosso Padre Zé Diácono
Com nós começou a luta
Atravessou serra e gruta
Com nós por dentro dos buracos
Pequeno mais não foi fraco
Sofreu muitas ameaças

6

Uma noite em minha praça
Só ouvia do povo o gemido
Os gritos no terreiro de Expedito
O mundo virou fumaça
Nosso Dr. Vanderlei
Também sofreu ameaças
Advogado de raça
Que defendeu camponês

Dr. Júlio Cesar veio
Pra defender a gente
Marlene e Tony presente
Tiveram prisão mesquinha

Mas D. José quando vinha
A polícia abria a frente

7

Nesse tempo Rosinaldo
Tinha apenas quatro meses

Quase morreu dessa vez
Pelas bombas
Ficou todo intoxicado
Quem confia em Deus alcança

Eu acudi a criança
Mas fiquei bem machucado
Eu fui dormir assustado
Na pedra da esperança

Agradeço a D. José
A D. Manoel Pereira
D. Francisco da Ingazeira

8

A Jesus de Nazaré
 D. Helder trouxe com fé
 O grito de liberdade
 Hoje a sua eterna saudade
 Reinará no peito meu
 Por que já está com Deus
 No céu da eternidade

Depois de várias prisões
 Orelhas fora
 m cortadas
 Cabeças foram rachadas
 Por jagunços do patrão

Cestilho e Sebastião
 Erraram lá na capoeira

9

Izidro armou a trincheira
 Depois da alvejação
 E as Estacas de Galvão
 Serviram pra fazer pocira

Uma noite em meu terreiro
 Via-se o chão estremeçando
 As bombas de lacrimogêneo
 Levantava fumaceiro

Os grupos de cangaceiros

Tudo de fuzil na mão
 Aos gritos pelos irmãos
 Ouvi uma voz chamando

10

Era Carneiro embolando
 Com dois soldados no chão
 Pedido por D. José
 Em uma capela plantada
 Onde a polícia fez morada
 Hoje mora São José
 Um mensageiro divino

Deu a nós proteção
 Onde baixou Gonzagão
 Com Figueiredo do lado
 Foi muito sacrificado
 O nosso pedaço de chão

Naquele tempo Everaldo
 Contava seus oito anos

11

Viu as bombas fumaçando
 Saiu correndo assombrado

Entrou no mato fechado
 Lhe encontrei no outro dia
 Dormi numa pedra fria
 Da serra eu ouvia os gritos
 Dez pessoas pra o delito
 Fui levar no outro dia

Peço a D. José
 Pra ser bem recompensado
 Pra D. Francisco o cajado
 Do filho de Nazaré

Peço pra D. Manoel

12

A sagrada eucaristia
 D. Helder que só o bem fazia
 Jesus reservou seu canto
 O Pai o Filho e o Espírito Santo
 Fiquem em sua companhia

Depois de várias prisões
 Muita gente machucada
 Cabeças foram rachadas
 Por jagunços do patrão

Massacre e torturação
 Por capataz e o patrão
 Querendo nos expulsar
 Nascemos aqui pra ficar

13

Deus nos deu cobertura
 É essa a lembrança pura
 Da luta de Alagamar.

14

A LUTA DE
 ALAGAMAR
 CONTADA EM
 CORDEL PELO
 POETA EXPEDITO

"A União" 06.01.80



AVULSO • João Pessoa, quarta-feira 16 de janeiro de 1930

Guilhermino relata seus problemas

Num lugar conhecido como a Comunidade de Maria de Mélo, após visitar o agricultor Manoel Faustino de Araújo que sofreu traumatismos durante o incidente entre a polícia e os camponeses, o governador Tarcísio Burty ouviu o relato de um dos líderes da região, o sr. Joaquim Guilhermino.

Através pela presença dos carnos oficiais, Joaquim aproximou-se do governador do Estado e começou a relatar a situação da região onde "hossas roças foram invadidas pelo gado do proprietário e nós estamos com a situação financeira afetada sem saber o que fazer".

Depois de alguns minutos, olhando para Burty, tirou o chapéu e perguntou ce-rimoniosos: Posso saber com quem estou ta-lando?

- É com o governador do Estado - responderam-lhe.

Guilhermino deu dois passos para trás e olhando o governador de cima para baixo disse: - Excelência, o sr. tá mais forte do que não lhe conheci!

Vendo-se frente a frente com o governador, começou a dizer quais os principais problemas que afligiam os moradores da região. Pediu que o sr. Tarcísio Burty ajudasse a uma professora que ensina na comunidade e é paga pelos agricultores. "Excelência, a moça não é diplomada, mas é daqui mesmo de Alagamar".

Burty perguntou a Guilhermino se ele era a favor que a polícia permanecesse em Alagamar. Guilhermino não hesitou em dizer que desde que "os soldados não fiquem dando nos agricultores nos queremos a polícia aqui".

Na residência do sr. Abdon, os agricultores também não foram a favor que o governador tirasse a polícia de Alagamar, "desde que os soldados fiquem aqui para garantir a ordem, como no começo do ano passado".

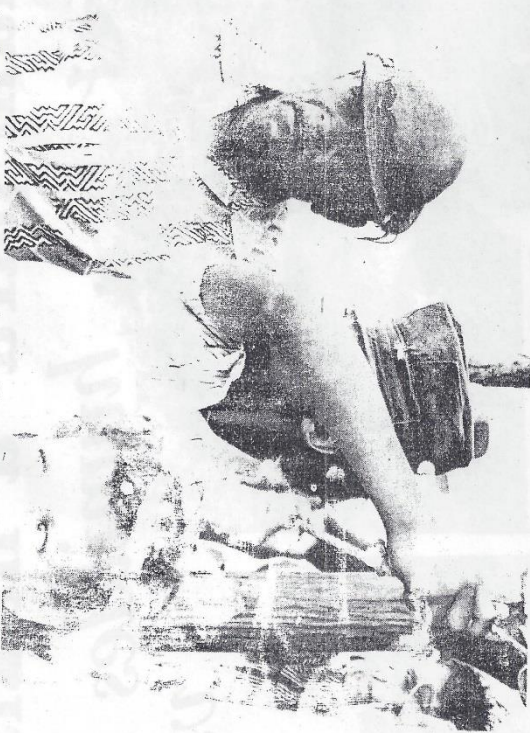
Quanto ao relacionamento da polícia com os agricultores, outro agricultor Manoel Irineu, disse que "aquela polícia que o sr. botou no ano passado era boa. A gente passava pelos soldados e dava bom dia e eles respondiam. Essa que está agora a gente quase que não se fala".

Outro agricultor, Expedito Francisco Gonçalves, disse ao governador que a poli-

cia havia soltado uma bomba dentro da sua residência e, em consequência disso, um de seus filhos, com apenas três meses de idade estava com uma forte disenteria.

"CORRE-CORRE"

O governador mandou que o secretário Aloysio Pereira, da Saúde, e o médico Romildo Domingues de Mélo examinassem a criança. Minutos depois, o secretário da Saúde explicou que a disenteria do menino não era consequência do gás lacrimogênico mas, de um "choque neurogênico" causado pelo corre-corre das pessoas na hora que soltaram a bomba.



Agricultores podem se reunir em Alagamar e discutir seus proble-

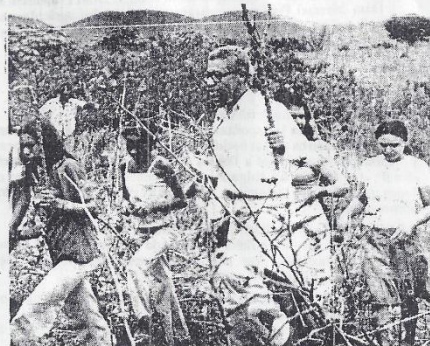


DIÁRIO DA BORBOREMA 06/01/80

Bispos e rurícolas de Alagamar expulsam o gado das plantações



Além de também expulsar os animais, Dom Helder Câmara dialogou com os policiais.



Dom José Maria Pires reuniu os rurícolas e expulsou o gado dos roçados.

Os Arcebispos Dom José Maria Pires, Dom Helder Câmara e os demais que foram ontem pela manhã a Alagamar, resolveram pessoalmente expulsar o gado dos campos de plantações dos camponeses, chegando todos eles a correrem atrás do gado, todos munidos de pequenos pedaços de pau, utilizados apenas como símbolos para a expulsão dos animais. O gado, por determinação dos proprietários das terras, estão frequentemente invadindo os roçados e destruindo as lavouras.

Com a volta das 350 reses da Fazenda Maria de Melo ao cercado dos proprietários, os camponeses conseguiram salvar, ao que se calcula, 123 mil pés de mandioca dos 146 mil plantados no roçado da comunidade. O gado começou a ser tanguido, ontem, às 8 h da manhã, quando o arcebispo paraibano responsabilizou-se por esta operação. Comandando pessoalmente a expulsão dos animais de dentro das lavouras, ele teve ajuda dos demais religiosos. O grupo de bispos manteve diálogo com o superintendente policial da área, tenente Dirson Clementino não tendo sofrido nenhuma coação por parte da polícia. Em Alagamar, os bispos sustentaram o que chamam de "movimento simbólico em prol da não violência". Constatou a visita, também, de uma marcha silenciosa de colonos e religiosos pelos roçados da fazenda Maria de Melo. O gado foi em seguida tocado para o cercado dos proprietários. Os bispos, como as demais pessoas, empunhavam talos de jurema e carrapateiras. Dom José Maria Pires munuiu-se de uma vara de marmeleiro, fazendo questão de dizer que "isto é apenas um símbolo, pois este

aos bois, como se eles fossem a principal alimentação desta gente, visando assim, somente os grandes lucros. Este trecho faz parte da carta de solidariedade da Coordenação Geral dos Grupos de Trabalhadores de João Pessoa aos trabalhadores rurais de Alagamar, Piacás, Maria de Melo e Caipora. A carta salienta que o governador está fazendo um jogo político.

DESMORALIZADA

"A conclusão que eu tiro é que os senhores estão aqui para garantir que o gado coma, pacificas e criminosamente, a plantação dos pobres. E aí da minha outrora e heroica Paraíba, que aprendi a admirar desde os anos de 1930, na revolução com João Pessoa. Para mim, ela está abaixando, afundando-se, porque numa terra onde se tange o homem como gado e onde se defende o gado como homem, é uma terra desmoralizada. Por isso, o Governador da Paraíba, perde muito". Esta declaração foi feita pelo bispo de Afogados da Ingazeira, Dom Francisco Austregésilo de Athayde, reprimando ontem pela manhã o tenente Dilson, responsável pelo destacamento, policial de Alagamar que ante ameaça de lançar bombas de gás lacrimogênio, proibiu que os agricultores retirassem totalmente o gado da propriedade do sr. José Waldomiro Ribeiro Coutinho, que devora as lavouras." Após a reunião dos bispos com os colonos, o gado começou a ser tanguido para longe das lavouras.

Dom Helder, Dom Francisco, Dom José e Dom Manuel Pereira

Dom José: "Os humildes não de vitoriar"

"É com alegria e tristeza que unidos e com Deus e a tristeza por ver o gado estragando a plantação de vocês. Os governantes, ao sufocarem o Governo, Juaram de fender a constituição e ela ganha a vocês. Esse direito, estão tirando de vocês. Vocês estão com a força do direito e eles com o direito da força", disse Dom Francisco Aguiar aos agricultores de "Mauria de Melo", condenando a proibição feita aos agricultores de promover reuniões.

Fazendo comparação entre a situação dos agricultores de Alagamar e trechos da Bíblia, Dom Francisco mostrou-se confiante em que uma solução será dada ao conflito e pediu aos agricultores que "continuem nessa luta de resistência, mas não com violência, porque ela é própria dos que têm medo, lutem pela reforma agrária".

João Pessoa, quinta-feira 03 de janeiro de 1980

"A causa dos agricultores há de vitoriar, porque é causa dos pequenos, dos humildes e de Deus e a ordem dada à polícia de dissolver qualquer ajuntamento camponês é uma arbitrariedade, porque eles têm necessidade de se reunir para defender suas posses e suas lavouras". A afirmativa é do arcebispo Dom José Maria Pires, ao comentar ontem para a imprensa as prisões efetuadas por policiais da Secretaria de Segurança, na grande Alagamar.

— "Coibir suas reuniões é uma violência e estou certo de que a causa dos agricultores há de vencer, pois, cabe ao poder público oferecer a segurança aos pequenos e aos humildes, que são os preferidos de Deus e devem ser os primeiros beneficiários de uma autoridade que tem consciência de estar servindo ao povo - afirmou Dom José.

Para Dom José a Secretaria de Segurança não está dando segurança aos mais fracos "pois são justamente aqueles que justificam a existência de uma Secretaria de Segurança, porque

os fortes e os poderosos já estão devidamente seguros".

O Arcebispo confirmou haver apelado para o Governador do Estado resolver a situação aflitiva de Alagamar e que o sr. Tarcísio Burity foi ao local juntamente com ele para verificar se a ordem estava sendo cumprida ou se estava ocorrendo desmandos. Os dois, foram então a Pilar onde se encontravam presos a freira e o agricultor Cícero Tiburtino. Somente com suas chegadas é que foram retirados da cadeia, sendo a freira conduzida até João Pessoa e o agricultor para sua casa em uma viatura da própria Secretaria de Segurança.

Embora a versão oficial diga que Cícero tenha sido preso por estar provocando a ordem, um próprio soldado da PM afirmou ao governador que o prendera porque "ele desrespeitou a minha autoridade". Mas, com ou sem a "autoridade" do soldado desrespeitada, o agricultor foi solto por determinação expressa do próprio governador.

Secretário acusa padres estrangeiros



Bronzeado: a mão debaixo da chaleira...

— Estamos dispensando os serviços dos cleros importados, formados nas escolas do maxismo-leninismo dos Conventos da Europa, porque eles é que estão induzindo o camponês a tomar uma atitude hostil, ilegal e revolucionária em Alagamar”, - afirmou ontem o secretário Luiz Bronzeado, da Segurança Pública, justificando a medida que proíbe o ingresso de estrangeiros na área de Alagamar.

Para Luiz Bronzeado, “o problema é criado e a missão do Governo do Estado é botar a mão debaixo da chaleira fervendo, isto é, cumpre ao Governo Federal dar a solução, mas o Governo do Estado é quem enfrenta todo ônus, do conflito, da inquietação social, do entre-choque de ideologias. Nós ficamos como o marisco: entre a onda e o rochedo...”

REFORMA

Prosseguindo, explicou que se quer fazer a reforma agrária, “mas comandada pelo governo e não pelo cam-

ponês, porque ele não pode comandar a reforma, isto é missão do governo”.

— Nós estamos todos empenhados em fazer justiça social ao camponês; ele merece, precisa de um pedaço de terra para viver e é uma questão de sobrevivência do país, inclusive, porque para que haja agricultura é preciso que o homem cultive a terra. Então há um consenso geral pela necessidade de se fazer uma reforma agrária para valer e imediata. Agora, fazê-la revolucionariamente, expropriando “manus-militares”, o proprietário, não é possível tolerar isto, porque afinal de contas há uma constituição em vigor, há um código civil, código penal em vigor, e o direito de propriedade ainda é vigente no país”.

Explicou ainda o sr. Luiz Bronzeado, que esta é a posição do Governo” e o Governador Tarcísio Buriti está empenhado profundamente em que se faça uma reforma agrária e recentemente ele declarou em Brasília que “se não se fizer uma reforma agrária, daqui há pouco nós não vamos ter onde comprar um tomate”.

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.^(*)()**

**Institui Diretrizes Operacionais para a Educação
Básica nas Escolas do Campo.**

O Presidente da Câmara da Educação Básica, reconhecido o modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -LDB, na Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de março de 2002, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 6º O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito

^(*) CNE. Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

^(**) Ver Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Art. 7º É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

§ 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil.

§ 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

Art. 8º As parcerias estabelecidas visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:

I - articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;

II - direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável;

III - avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva;

IV - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

Art. 9º As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.

Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Art. 11. Os mecanismos de gestão democrática, tendo como perspectiva o exercício do poder nos termos do disposto no parágrafo 1º do artigo 1º da Carta Magna, contribuirão diretamente:

I - para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade;

II - para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

Art. 12 O exercício da docência na Educação Básica, cumprindo o estabelecido nos arts. 12, 13, 61 e 62 da LDB e nas Resoluções CNE/CEB nº 3/97 e nº 2/99, assim como os Pareceres CNE/CP nº 9/2001, nº 27/2001 e nº 28/2001, e as Resoluções CNE/CP nº 1/2002 e nº 2/2002, a respeito da formação de professores em nível superior para a Educação Básica, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima, para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino, de acordo com o artigo 67 da LDB desenvolverão políticas de formação inicial e continuada, habilitando todos os professores leigos e promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes.

Art. 13. Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Art. 14. O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Lei 9.424, de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

Art. 15. No cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

I - as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

II - as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;

III - remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente da Câmara de Educação Básica